



BAIRRO-ESCOLA passo a passo





EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

Imagine uma escola
sem muros, aberta à
comunidade...



Transformar a comunidade em um ambiente de aprendizagem, ampliando os limites das salas de aula, é o desafio dos Bairros-Escola.

Educar converte-se, então, numa responsabilidade coletiva, na qual professores e gestores passam a contar permanentemente com as mais diversas parcerias públicas e privadas, a começar pelas famílias.

Busca-se, assim, criar a malha multidisciplinar em que se aproveitam todas as ofertas possíveis em torno da educação: centros de saúde, cinemas, teatros, praças, parques, clubes, museus, empresas, universidades, instituições não-governamentais, tudo contribuindo para aumentar o apoio aos alunos.

Este livro apresenta o passo a passo dessa tecnologia social de baixo custo, visando primordialmente melhorar o desempenho acadêmico, e, ao mesmo tempo, valorizar a convivência comunitária e, assim, enfrentar os riscos de violência. Procuramos agregar experiências de

sucesso em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que ilustram como é possível planejar, implementar e avaliar processos educativos em rede.

Esperamos que este material inspire e agregue elementos à reflexão de todos que trabalham para fazer da educação uma ponte para o desenvolvimento sustentável de um bairro, de uma cidade e, conseqüentemente, de um país.

Associação Cidade Escola Aprendiz

MEC - Ministério da Educação

UNICEF

Prefeitura de Belo Horizonte

Prefeitura de Nova Iguaçu



“Agradecemos a todos os educadores, parceiros e apoiadores da Associação Cidade Escola Aprendiz, assim como, aos gestores e colaboradores do Bairro-Escola Nova Iguaçu, da Escola Integrada em Belo Horizonte e de todas as experiências descritas neste livro.

Cada uma dessas pessoas torna possível, através de seus projetos e sonhos, a prática de uma educação genuinamente comunitária e emancipadora.”



ÍNDICE

CAPÍTULO 1

- 07 A história e as estórias da Cidade escola Aprendiz
- 07 Contextualizando a experiência
- 08 Bairro-Escola

CAPÍTULO 2

- 13 Educação Comunitária
- 14 Redes de Relações e Teias de Conhecimentos
- 17 Princípios da Educação Comunitária
- 18 Efeitos de uma Educação Compartilhada

CAPÍTULO 3

- 21 O Passo a Passo do Bairro-Escola
- 22 **Passo 1:** Construção de Bases Político-Comunitárias
- 24 **Passo 2:** Identificação de Referências
- 24 **Passo 3:** Realização do Projeto-Piloto
- 24 **Passo 4:** Mapeamento
- 27 **Passo 5:** Construção e Gestão de Trilhas Educativas
- 28 **Passo 6:** Expressão, Comunicação, Mobilização e Disseminação
- 29 **Passo 7:** Expansão

CAPÍTULO 4

- 31 A Gestão do Bairro-Escola

CAPÍTULO 5

- 34 **CASOS - Experiências de Educação Comunitária**
- 34 **Cidade Escola Aprendiz Transforma Vila Madalena**
- 38 **Trilhas Educativas em São Paulo**
- 41 **Nova Iguaçu tem Bairro-Escola**
- 44 **Belo Horizonte virou sala de aula**

SAIBA MAIS

- 48 **Bibliografia:** Pensadores e Temas
- 51 **Contatos dos Casos de Bairro-Escola**

52 FICHA TÉCNICA



CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA E AS ESTÓRIAS DA CIDADE ESCOLA APRENDIZ

CONTEXTUALIZANDO A EXPERIÊNCIA

A SEMENTE DA CIDADE ESCOLA APRENDIZ germinou em 1997, a partir de um **projeto experimental** realizado pelo jornalista Gilberto Dimenstein no laboratório de informática do conceituado Colégio Bandeirantes.

Rapidamente a iniciativa ganhou as ruas e passou a nutrir o sonho de revolucionar a educação, transformando o bairro da **Vila Madalena** em uma grande escola a céu aberto.

Em 1998, já constituída como uma organização não-governamental, a **Cidade Escola Aprendiz** ganhou endereço próprio ao instalar-se em uma antiga oficina de cerâmica localizada na rua Belmiro Braga, no coração da Vila Madalena, em frente a um beco e uma praça abandonados, construídos sobre um córrego canalizado, cheio de lixo e vítima fácil de enchentes. Não bastassem essas características, a região era um dos endereços mais freqüentados por traficantes e moradores de rua, portanto, evitada pelos demais moradores do bairro.

A respeito do nome escolhido, Gilberto Dimenstein afirma: “O projeto de redescoberta da rua resume nosso nome, inspirado na história paulistana”.

Todas essas adversidades surtiram efeito contrário entre os envolvidos. Em vez de desânimo, o desafio da transformação. Foi assim que a organização começou a desenvolver seus primeiros projetos de comunicação e arte-educação, os quais modificaram radicalmente a vida das crianças e dos jovens que dele participavam, juntamente com todo o seu entorno.

Um dos primeiros desafios assumidos pela Cidade Escola foi embelezar e recuperar os espaços deteriorados da Vila Madalena, a começar pelas ruas e praças próximas a sua sede. Nos muros, começaram a ser montados grandes mosaicos com azulejos e bolas de gude, criados por artistas plásticos de grande talento. As intervenções, apesar de muito bonitas, não sobreviveram por muito tempo, depredadas pela comunidade, provavelmente como uma forma de protesto por não terem participado daquela construção.

Como quem ensina também aprende, logo em seguida, a Cidade Escola Aprendiz começou a envolver as crianças e adolescentes da comunidade no plano de recuperação dos espaços deteriorados do bairro. Os mesmos elementos voltaram a ser utilizados, só que, dessa vez, a partir de criações coletivas, realizadas com a participação dos moradores. O diálogo com a comunidade surtiu os efeitos esperados, e os mosaicos e bolas de gude colocados a partir de então continuam estampados

O **projeto** consistia em um amplo programa de educação para cidadania, que estimulava os alunos a extrapolar os muros da escola e a assumir responsabilidades comunitárias.

A **Vila Madalena** nem sempre foi o bairro da moda, cheio de belos ateliês e bares animados, freqüentados por boêmios, artistas e estudantes. No passado, era chamado popularmente de “Risca Faca”, pois tinha seu comércio dominado por botecos que recebiam a visita de pessoas nada amigáveis. O cenário mudou, e a Vila Madalena hoje é também conhecida como o bairro da “Cidade Escola Aprendiz”.

BAIRRO-ESCOLA

O CONCEITO DE BAIRRO-ESCOLA BASEIA-SE EM DOIS PRESSUPOSTOS:

- 1) O ato de aprender é o ato de se conhecer e de intervir em seu meio.
- 2) A educação deve acontecer por meio da gestão de parcerias, envolvendo escolas, famílias, poder público, empresas, organizações sociais, associações de bairro e indivíduos, capazes de administrar as potencialidades educativas da comunidade.

OS PRINCÍPIOS ADOTADOS PELA CIDADE ESCOLA APRENDIZ PARA IMPLEMENTAR O BAIRRO-ESCOLA SÃO:

- 1) apostar nas riquezas comunitárias e fortalecer o que já existe, através de um permanente trabalho de mapeamento investigativo.
- 2) identificar um foco geográfico delimitado e revitalizar constantemente o seu espaço público, demonstrando que uma nova cidade se torna possível através da educação.
- 3) avaliar e sistematizar periodicamente o modelo de gestão, tornando-o mais eficiente.
- 4) construir alianças nos mais variados níveis e com diferentes atores, incluindo as três esferas de governo, o empresariado, as organizações sociais, as universidades e, principalmente, as crianças e jovens, agentes e beneficiários dessas mudanças.
- 5) entrar nas escolas para aprender e desenvolver inovações pedagógicas junto com os professores, formando com eles um grande “consórcio de vontades”.
- 6) enfatizar o papel da educação na formação de indivíduos autônomos e solidários e a importância da escola como parte de um processo de aprendizagem que acontece ao longo de toda a vida.
- 7) sensibilizar as lideranças comunitárias e desenvolver entre elas um olhar educativo, capaz de atender às demandas do aprendizado permanente.



nos muros e equipamentos públicos da região. Hoje, graças a esse envolvimento, é impossível caminhar pela Vila Madalena sem perceber as inúmeras intervenções de arte, que transformaram o bairro em um verdadeiro caleidoscópio urbano.

Nesse processo de educação e re-significação dos espaços públicos, diversos atores locais se envolveram fortemente e muitos espaços comerciais passaram a abrir suas portas para a comunidade, transformando-se em verdadeiras salas de aula.

Com todos esses acontecimentos, a Belmiro Braga já não era mais a mesma. Totalmente revitalizada, cada vez ficava mais atraente, passando a abrigar o **Café Aprendiz**, a Praça Aprendiz das Letras e o Beco-Escola, com seus imensos painéis de grafite. A rua, além de espaço de aprendizagem, transformou-se em cartão postal da cidade, demonstrando que São Paulo também pode ser bonita e acolhedora.

Ao longo dos anos, os educadores e as próprias crianças e jovens foram expandindo suas ações pelo bairro e construindo **trilhas educativas**. As aulas passaram a acontecer nos mais diferentes lugares, alguns mais convencionais, como uma oficina de invenção de brinquedos, escolas de circo e de teatro, outros bastante improváveis, como bufês, ateliês de artesãos, estúdios e restaurantes. Além disso, também foram feitos acordos com médicos e terapeutas que passaram a acompanhar o desempenho das crianças.

Seguindo sua própria trilha, a Cidade Escola Aprendiz foi desenvolvendo o conceito de **bairro-escola**, um novo modelo de gestão de potencialidades educativas, que busca transformar toda a comunidade em extensão da escola, trançando o processo de ensino-aprendizado à vida cotidiana.

O **Café Aprendiz**, além de espaço gastronômico, cuja renda reverte-se para a instituição, é também um laboratório de experiências educativas. Muitos dos programas da organização acontecem ali, traduzindo mais uma vez a filosofia da Cidade Escola Aprendiz, que leva a educação para além dos limites da escola.

Trilhas educativas são percursos pelos quais o processo pedagógico se estende, extrapolando a sala de aula e incluindo praças, parques, ateliês, becos, estúdios, oficinas, empresas, museus, teatros, cinemas, parques de diversão, centros esportivos, bibliotecas, livrarias, entre outros. O conceito, criado pela Cidade Escola Aprendiz, pressupõe que o aprendizado pode acontecer em qualquer lugar.



O **educador comunitário** é peça-chave na implantação de uma proposta de educação comunitária como o bairro-escola. Trata-se de um articulador educacional capaz de fazer a ponte entre a escola e seu entorno.

Após implantar o conceito do Bairro-Escola na Vila Madalena, a Cidade Escola Aprendiz começou a pensar em como compartilhar a experiência para outras comunidades. A opção foi transformar os espaços revitalizados e as trilhas já construídas em centros de formação, a fim de capacitar **educadores comunitários**, que pudessem mapear os ativos, mobilizar as parcerias e construir as trilhas educativas em seus próprios bairros, através de articulação com o poder público, a iniciativa privada e a comunidade.

O processo de disseminação ganhou escala a partir da realização de cursos de especialização em Educação Comunitária através de parceria com algumas das principais universidades do país. Com a USP, a Cidade Escola Aprendiz formou cerca de 1.200 professores da rede municipal de São Paulo. Com a Unicamp, capacitou por volta de 5.000 diretores da rede estadual.

A experiência do Bairro-Escola implementada na Vila Madalena também tem servido de referência para diversos municípios que decidiram incorporar esse novo modelo de educação, entre eles Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro; Belo Horizonte, em Minas Gerais; Boa Vista, em Roraima; Praia Grande, São Bernardo, São Caetano e Taboão da Serra, em São Paulo. A proposta também influenciou o Programa Mais Escola, do Ministério da Educação, que busca criar condições para que os alunos da rede pública possam aprender em tempo integral.



Atualmente, a Cidade Escola Aprendiz trabalha cada vez mais intensamente para desenvolver e disseminar experiências pedagógicas que consolidem essa “nova cultura do educar”, que transcende a escola, mas se associa a ela com o propósito de potencializar todas as oportunidades educativas existentes na comunidade. Para dar conta desse desafio, atua em três dimensões:

LABORATÓRIO VILA MADALENA/PERCURSOS FORMATIVOS: Desenvolvimento de metodologias a partir da realização de projetos educacionais que utilizam arte, comunicação, tecnologia, expressão oral e escrita e integram crianças, jovens, adultos e comunidade.

LABORATÓRIOS EXTERNOS: Apoio à implementação das metodologias desenvolvidas em outros contextos e municípios, por meio da formação de educadores comunitários e do fomento à construção de redes que integrem e articulem políticas públicas e potenciais locais.

CENTRO DE FORMAÇÃO: Disseminação das metodologias em larga escala, através de apoio à publicação de materiais de referência e à promoção de cursos de especialização para gestores e educadores, a partir de um currículo de formação baseado nas experiências dos laboratórios e de outras cidades e países que trabalham sob a ótica da Educação Comunitária.





CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

IMAGINE UMA ESCOLA SEM MUROS, aberta à comunidade, que beneficie a todos e também seja cuidada por todos. Uma escola imensa, com quadras de esporte, praças e parquinhos, cinemas, teatros, museus, ateliês, entre muitas outras facilidades. Uma escola em que o saber acadêmico tem tanto valor quanto o saber popular e em que o currículo é uma grande trilha, ao longo da qual se vivenciam experiências e descobertas.

Muitos de vocês devem estar pensando que toda esta descrição não passa de fantasia. Mas essa escola existe e tem origem na percepção de que a educação, enquanto processo complexo e contínuo, prescinde de mais recursos e oportunidades do que uma instituição educativa convencional é capaz de oferecer.

As exigências nessa área são crescentes. As famílias esperam que os professores cuidem, disciplinem e preparem os seus filhos para a vida. O mundo do trabalho demanda profissionais cada vez mais qualificados. A sociedade necessita de cidadãos mais conscientes e participativos, capazes de melhorar a sua própria realidade e a da sua comunidade.

As escolas são pressionadas a oferecer todas essas respostas, mas não conseguem dar conta nem das suas funções mais elementares. Em parte por conta de problemas passíveis de serem resolvidos se o nosso país levar mais a sério a educação, em parte por exigirmos que um único ator social assuma uma responsabilidade que cabe a todos nós.

A Constituição Brasileira, em seu artigo 227, diz que é dever da família, do Estado e da sociedade cuidar de suas crianças e adolescentes com absoluta prioridade, garantindo-lhes acesso a seus direitos fundamentais, inclusive à educação. Somos todos, portanto, constitucionalmente co-responsáveis por essa missão.

A educação não se restringe à escola. É a escola que está contida na educação. O conhecimento está em toda parte e sua produção e difusão extrapolam o universo acadêmico. Saberes igualmente importantes são gerados no cotidiano das pessoas comuns, das empresas e das comunidades. Informações relevantes estão cada vez mais disponíveis em ambientes não formais.

O desenvolvimento das pessoas, enquanto requisito essencial para o desenvolvimento de toda a sociedade, por sua importância estratégica e indiscutível magnitude, demanda a participação de cada um de nós. Sob essa perspectiva, fica claro que, ainda que isso fosse possível, não cabe apenas à escola a tarefa de educar.

Isto quer dizer que a escola que descrevemos deixa de ser sonho quando toda a comunidade se transforma numa grande sala de aula. Quando os alunos passam a aprender física na oficina mecânica, literatura na biblioteca do bairro, química na cozinha de um restaurante, história nos museus e monumentos, artes nos teatros e cinemas da cidade.

A **Educação Comunitária** acontece neste momento, quando os processos formativos extrapolam o contexto escolar e tomam conta das ruas, adentrando espaços públicos, estabelecimentos comerciais, associações e centros culturais. Uma invasão consentida e planejada, articulada pela escola em estreita parceria com toda a população.

Trata-se de uma nova cultura, forjada a partir desse novo olhar sobre a educação, em que a escola deixa de ser o único espaço educativo, para se tornar catalisadora e articuladora de muitas outras oportunidades de formação. Uma nova forma de pensar e fazer educação, envolvendo múltiplos espaços e atores, que se estrutura a partir do trabalho em rede, da gestão participativa e da co-responsabilização.

Um projeto de cidade, que gera autonomia, cooperação e contribui para o desenvolvimento local, uma vez que fortalece simultaneamente o capital humano e o capital social, expandindo o potencial dos indivíduos ao mesmo tempo em que estreita os vínculos entre os atores locais.

Entendemos por capital humano a capacidade que cada indivíduo tem de superar as adversidades e aproveitar as oportunidades com as quais se depara ao longo da sua existência. Capacidades estas principalmente associadas ao seu nível educacional e às suas condições de saúde e bem-estar. O capital social, por sua vez, diz respeito à qualidade das relações existentes entre as pessoas e as instituições que fazem parte de uma determinada comunidade. Relações baseadas na confiança, no compartilhamento e na solidariedade tendem a gerar grupos sociais mais coesos, organizados, participativos e inclusivos, ou seja, mais aptos a enfrentar seus desafios coletivos e a promover benefícios para todos os seus concidadãos.

REDES DE RELAÇÕES E TEIAS DE CONHECIMENTOS

O mundo mudou. Tornou-se mais complexo e exigente. Para dar conta dessas novas demandas, as pessoas se vêem obrigadas a lidar com conhecimentos e a dominar ferramentas cada vez mais sofisticadas. A escola não conseguiu acompanhar essas transformações. A defasagem é perceptível e se traduz principalmente na falta de interesse e no despreparo dos alunos.

Processos educacionais que se dispuserem a entrar em sintonia com a realidade contemporânea precisam se estruturar com base em novos parâmetros. A humanidade produz um volume cada vez maior de informações impossíveis de serem retidas, mesmo porque estão em constante e rápida evolução. Filósofo francês radicado no Canadá, **Pierre Lèvy** acredita que, com o advento das **novas tecnologias**, o conhecimento deixa de ser matéria para se tornar uma rede de vasos comunicantes e interativos. Essa nova dinâmica reforça a importância de se aprender a “navegar” e não a “estocar” informações. A navegação como processo de aprendizagem rompe a linearidade, favorece a atitude exploratória e lúdica e torna o conhecer uma aventura prazerosa, marcada pela cooperação e pela inteligência coletiva.

Cabe à educação, portanto: capacitar os indivíduos não para acumular, mas para **navegar no conhecimento**, acessando-o à medida que se torne necessário e faça sentido para suas vidas. Criar **redes de aprendizagem** que lhes permita entrar em contato com novos e distintos conteúdos a toda hora e em todo lugar. Promover a **experimentação**, a fim de que vivenciem a descoberta do conhecimento, aguçando seus sentidos e expandindo suas habilidades ao mesmo tempo em que ampliam sua capacidade intelectual. Desenvolver a **liberdade, autonomia e responsabilidade**, para que saibam fazer escolhas, continuem aprendendo ao longo de toda a sua existência e utilizem os conhecimentos adquiridos para se realizar como pessoas, profissionais e cidadãos.

Estamos falando de uma educação capaz de promover a formação integral e preparar os indivíduos para serem agentes do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento local. Um desafio que só se mostra capaz de ser alcançado se partilhado pelo conjunto da população.

Por isso, a especialista **Rosa Maria Torres** defende que a educação deixe de ser vista como função da “comunidade escolar” para tornar-se responsabilidade da **Comunidade de Aprendizagem**, ou seja, de toda uma comunidade humana, formada por alunos, professores, pais e demais cidadãos locais, que juntos constroem um projeto educativo e cultural próprio, para educar a si, suas crianças, seus jovens e adultos. Tudo isso graças a um esforço interno, cooperativo e solidário, baseado no diagnóstico de suas carências e, principalmente, no reconhecimento das forças de que dispõe para superar essas dificuldades.

Outros pesquisadores, como a doutora em Educação **Jaqueline Moll**, expandem ainda mais esse conceito e disseminam a proposta de que as cidades, sejam elas pequenas ou grandes, assumam e exerçam funções pedagógicas. As **Cidades Educadoras** seriam aquelas dispostas a identificar suas inúmeras possibilidades educacionais e a priorizar a formação permanente da sua população.

Seguindo essa mesma tendência, escolas, organizações e municípios que incorporam a Educação Comunitária enfrentam o desafio primordial de mapear os potenciais pedagógicos do seu entorno e planejar trilhas de aprendizagem, de maneira a permitir que educadores e educandos extrapolem os limites da sala de aula convencional e circulem por diversos espaços da cidade, para observar,



experimentar e interagir com distintos interlocutores. Essas vivências têm a função de expandir e contextualizar o processo de construção de conhecimentos, garantindo que o currículo escolar articule-se organicamente com a vida cotidiana.

Nesse aspecto, a Educação Comunitária encontra-se com o pensamento do filósofo americano **John Dewey**, que, no final do século XIX, já baseava suas propostas educacionais na idéia de que a escola é a vida e não apenas uma preparação para ela. Ao idealizar a **Pedagogia de Projetos**, o pensador buscou entrelaçar o aprender ao fazer, acreditando que o pensamento é estimulado quando as pessoas têm a oportunidade de agir concretamente para resolver um problema ou uma questão. Dewey propunha que os conteúdos escolares fossem abordados de forma menos acadêmica e mais centrada nas situações do cotidiano, principalmente por acreditar que as potencialidades individuais só se desenvolvem realmente quando em contato com a sociedade.

Inspirado por essas idéias, o brasileiro **Anísio Teixeira** concebeu a **Escola Parque**, com o propósito de que as instituições educacionais deixassem de ser lugar somente de letras e de iniciação intelectual, para estimular o pensar, fazer, trabalhar, conviver e participar. A Educação Comunitária apropria-se desse pensamento e estrutura-se com vistas a permitir que o processo formativo incida sobre o universo cognitivo, assim como sobre os valores, habilidades e atitudes dos alunos.

Anísio acreditava que a educação precisava ser regionalizada, de maneira que sua gestão e seus programas respeitassem e considerassem as características e especificidades locais. É o que atualmente chamamos de “agir local, pensar global”. Profundamente impregnada por esses ideais, a Educação Comunitária busca utilizar todos os ensinamentos disponíveis na comunidade como ponto de partida para conectar as pessoas com as mais diversas teias do conhecimento humano.

O sociólogo **Boaventura Sousa Santos** também reconhece a importância dos saberes que emergem da vida cotidiana. O conceito de **emancipação** questiona o excessivo valor conferido ao conhecimento científico, que teria produzido progressos, mas muita infelicidade. Por isso, propõe novas formas de produção de conhecimento, eminentemente cooperativas, que levem em consideração o senso comum, a democracia participativa e o multiculturalismo, entre outros. Tais elementos assegurariam que a própria comunidade, a partir de suas redes de troca e interação, pudesse gerar informações impregnadas pela sua visão de mundo e aptas a responder a suas necessidades específicas.

Vale ressaltar que a Educação Comunitária não propõe a contraposição, mas a confluência entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes populares. O processo ainda leva em conta o repertório cultural de cada aluno. A proposta tem eco em **Paulo Freire**, que em sua **Pedagogia Libertária** compreende o educando como sujeito ativo, cujas cultura e subjetividade devem ser respeitadas. Freire condenava as práticas autoritárias de ensino e pregava que a relação entre professores e alunos deveria ser complementar e nunca entre superiores e inferiores.

Ao reconhecer o educando e desenvolver a sua liberdade com responsabilidade, o professor estaria, ao mesmo tempo, conquistando o seu próprio espaço como impulsionador do processo educativo. O Educador Comunitário também é percebido como um grande mobilizador de potenciais e oportunidades, com os quais ensina e aprende simultaneamente. É ele que constrói e anima a rede de relações, que tece a teia do conhecimento.

A assistente social **Maria do Carmo Brant de Carvalho** lembra que o conceito de **rede** tem sido constantemente utilizado para caracterizar a sociedade contemporânea e seus novos modelos de gestão. Seguindo essa tendência, a ação social no âmbito público também tem se estruturado a partir desse tipo de articulação, que mobiliza vontades e integra fazeres, promovendo pactos de complementaridade entre governo, sociedade civil, empresas, comunidade e cidadãos. O contexto favorece a construção de parcerias cada vez mais sólidas, baseadas na participação, democratização dos processos decisórios, descentralização e municipalização.

Há que se reforçar que a montagem de uma rede de parceiros de múltiplos setores constitui-se em condição imprescindível para a implementação e a sustentabilidade da Educação Comunitária. Só a atuação efetiva e conjunta desses aliados poderá transformar todo um bairro ou uma cidade em um ambiente educativo, no qual os cidadãos aprendam a toda hora e em todo lugar.



PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

Preocupada em responder aos novos paradigmas e exigências da sociedade, a Educação Comunitária confere um novo significado ao processo educacional, que passa a ter um sentido muito mais profundo para a vida das pessoas e uma ligação mais estreita com o seu cotidiano. Mais do que as ações que propõe, são seus princípios que a definem e a distinguem dos modelos educativos convencionais.

TRANSCENDÊNCIA – Educação a vida toda, a todo momento e em todo lugar. A Educação Comunitária transcende a escola junto com a própria comunidade escolar. As fronteiras se expandem, o tempo se alarga. Não existe mais um único lugar, nem uma hora determinada para que as pessoas entrem em contato com o conhecimento. A educação toma conta das ruas e do cotidiano das pessoas. A qualquer instante, um espaço aparentemente inusitado pode se transformar em sala de aula, a partir de um processo cada vez mais orgânico, ainda que intencional e organizado.

PERMEABILIDADE – Os processos e projetos pedagógicos passam a fazer parte da cultura, da agenda e da rotina de todos os envolvidos. A educação é incorporada pela comunidade como direito, dever, mas, principalmente, como um valor construtivo, que lhe pertence.

CO-RESPONSABILIDADE – Poder público, empresários, organizações sociais e comunidade assumem, todos juntos, o desafio de promover a formação de suas crianças, jovens e adultos. A escola ganha importância cada vez maior ao tornar-se canalizadora dessas parcerias, com as quais passa a compartilhar e a responder melhor às suas inúmeras atribuições.



CONECTIVIDADE – A educação, transformada em objetivo comum e superior, passa a ser promovida por meio de uma rede de cooperação e ação conjunta. Cada um dos envolvidos disponibiliza sua expertise, seus recursos e sua força de trabalho, que se conectam e se fundem, constituindo uma malha complementar e coesa, capaz de atender as diferentes demandas levantadas pelo processo.

PLURALIDADE – A Educação Comunitária depende de uma ação intersetorial. Baseia-se na interdependência, construída por meio do respeito, do diálogo e da valorização da diversidade como componentes complementares de uma ação integral. Todos podem e devem dar a sua contribuição.

EFETOS DE UMA EDUCAÇÃO COMPARTILHADA

A Educação Comunitária provoca impactos em diversos níveis. No âmbito dos indivíduos, o principal objetivo é gerar autonomia e responsabilidade. Ao estreitar a conexão entre as pessoas e seu entorno, também permite que compreendam melhor a sua identidade e desenvolvam um sentimento mais forte de pertencimento em relação ao lugar em que vivem. Ao permitir que idéias, produtos e ações circulem de maneira mais fluida pelo bairro ou pela cidade, garante visibilidade e reconhecimento, ampliando a auto-estima dos envolvidos.

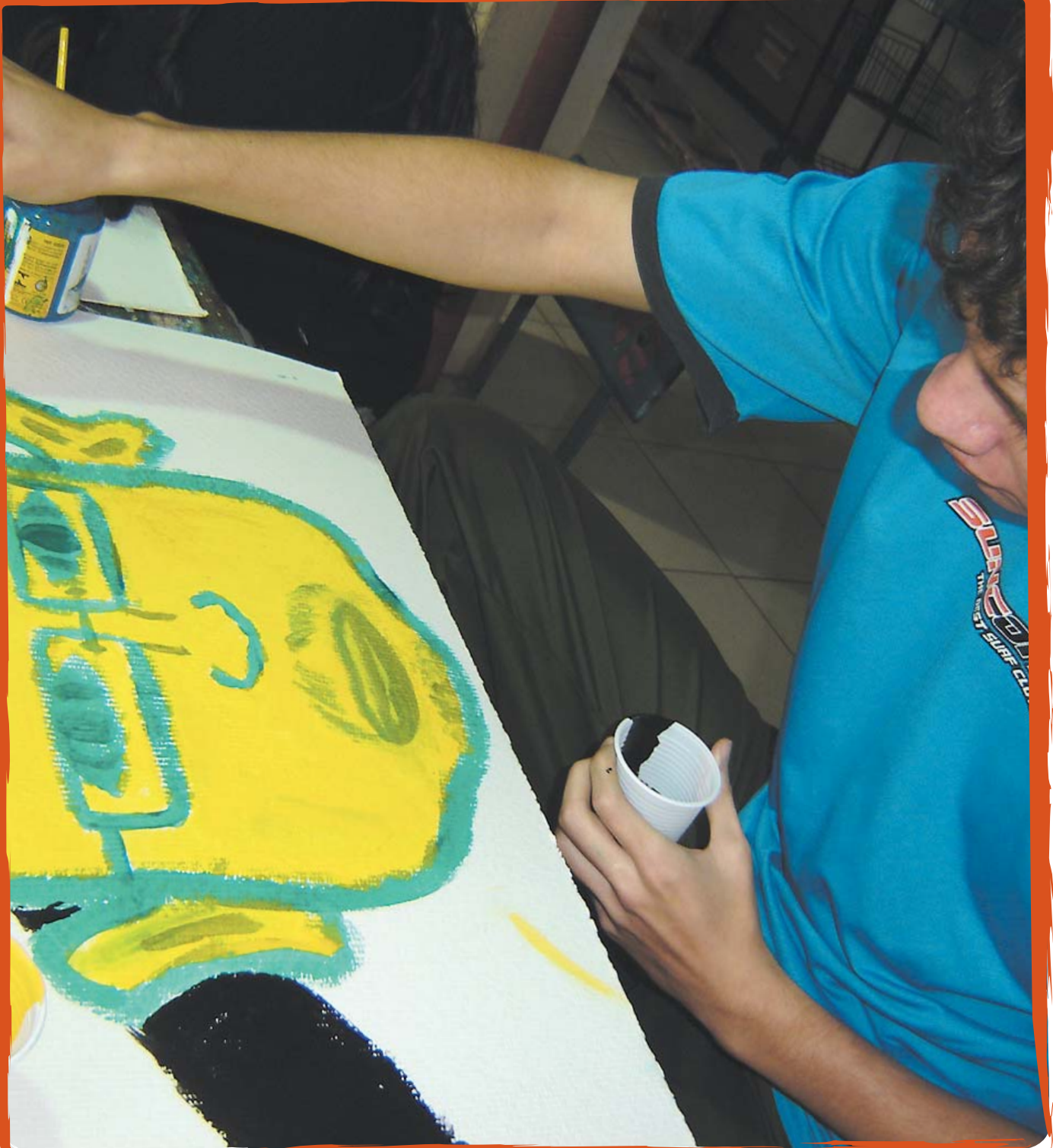
O processo ainda expande o repertório cultural e as habilidades, tanto na área da comunicação e expressão, quanto em atividades específicas. Amplia a capacidade de navegar pelo conhecimento, de conviver com o diferente, de dialogar, negociar, empreender e construir com o outro. Abre novas oportunidades e perspectivas de futuro e conecta projetos individuais e coletivos. Todos esses efeitos fazem com que os indivíduos tornem-se cada vez mais protagonistas de sua própria história de vida.

No âmbito da comunidade, a Educação Comunitária amplia o espírito público e o associativismo, uma vez que promove a partilha de responsabilidades e a busca conjunta de soluções para questões de interesse coletivo. A ação em rede fomenta a cooperação, horizontaliza as relações, oportuniza a gestão participativa e democratiza o poder. O estímulo à troca entre diferentes atores cria pontes entre as gerações, gera vínculos afetivos e produtivos e amplia a capacidade de diálogo.

Ao valorizar e socializar os potenciais da comunidade, esse novo modelo educacional também fortalece a identidade coletiva, o sentimento de pertencimento e a percepção de que os bens públicos não são do governo, mas de toda a população e, portanto, devem ser acessados e cuidados por todos. O processo muda a cara da comunidade, uma vez que re-significa espaços anteriormente deteriorados ou ociosos, conferindo-lhes uma nova estética, novas funções e um novo status. Como consequência de todo esse movimento, a Educação Comunitária acaba por criar novas oportunidades educacionais, culturais e econômicas que fortalecem a capacidade da comunidade promover seu próprio desenvolvimento com sustentabilidade.

A Educação Comunitária também provoca grande impacto nas escolas, que abrem suas portas para o mundo e estabelecem parceria com diversos atores sociais, que passam a complementar suas funções pedagógicas. Vale ressaltar que essa transformação só ocorre quando acompanhada por um reposicionamento efetivo. Existem muitas escolas que organizam passeios e atividades externas para os seus alunos. Tais ações são muito louváveis, mas não significam necessariamente que a população está se co-responsabilizando pela formação dos seus cidadãos. A mudança de papel acontece de fato quando escola e comunidade firmam uma estreita parceria e começam a planejar, executar e avaliar conjuntamente os processos educativos dirigidos a seus alunos.





CAPÍTULO 3

O PASSO A PASSO DO BAIRRO-ESCOLA

A EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA ACONTECE NO MOMENTO em que a escola e a comunidade verdadeiramente se encontram, se fundem e se confundem. Quando os limites entre esses dois mundos, antes muito apartados, já não são tão visíveis. Objetivos comuns, complementação de papéis, confluência de identidade, todos em torno de um objetivo. O encontro tem caráter transformador. A educação torna-se comunitária e a comunidade torna-se educadora. Os temas que mobilizam a comunidade transformam o currículo e tornam-se objeto de estudo na sala de aula. As ações pedagógicas transformam o cotidiano e são incorporadas pela comunidade.

A interação se realiza de diversas maneiras, porque depende fundamentalmente do que cada um dos atores envolvidos traz para o processo. Não há um só modo de fazê-la acontecer. Algumas experiências acontecem por iniciativa de uma única escola, que conduz diretamente o processo de articulação com o seu entorno. Outras são lideradas por organizações não-governamentais, que promovem a integração entre as escolas e as diversas instâncias da comunidade em que estão inseridas. Existem ainda aquelas que já nascem como política pública municipal e são geridas pela própria prefeitura com intensa participação da sociedade civil.

Na prática, o bairro torna-se uma escola quando os alunos aprendem na sala de aula, em atividades educativas realizadas nos mais variados espaços e quando se garante uma rede que dê suporte às suas diferentes necessidades e também (trilhas de apoio) conduzidas por diferentes pessoas da comunidade. Essas ações complementares, viabilizadas a baixo custo em função da construção de redes de parcerias, têm o desafio de se conectar com o cotidiano da escola e ampliar efetivamente o nível de aprendizagem dos estudantes.

Para dar certo, o processo exige a montagem de um verdadeiro mosaico em que cada peça tem sua importância para a composição do todo. Em seguida, apresentamos um roteiro de referência, capaz de orientar os passos a serem dados por escolas, organizações e, principalmente, municípios que desejam trilhar o caminho da Educação Comunitária, que costumamos denominar de Bairro-Escola. As sugestões que oferecemos foram construídas a partir de experiências desenvolvidas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, descritas no capítulo 5 desta publicação.

PASSO A PASSO

PASSO 1: CONSTRUÇÃO DE BASES POLÍTICO-COMUNITÁRIAS

A Educação Comunitária acontece de forma mais potente quando se configura como um projeto de cidade. Quando deixa de ser uma iniciativa localizada, restrita a uma escola ou região, e ganha foco municipal. Vale ressaltar que a experiência só ganha esse nível de escala se:

- 1. Coordenada pelo poder público local;**
- 2. Legitimada por um pacto com a sociedade civil;**
- 3. Respalhada por leis que viabilizem a sua operacionalização.**

Coordenação do Poder Público Local

A condução do Bairro-Escola pela prefeitura facilita a criação das condições estruturais necessárias para que o programa seja executado em sua plenitude e expanda-se gradualmente por toda a cidade. Para tanto, a iniciativa não pode ser assumida por uma única secretaria. A liderança do processo deve estar nas mãos do próprio prefeito ou de um representante por ele designado. Já a execução depende da ação articulada entre diversas instâncias do governo, entre eles:

Planejamento: Apóia a construção de um programa integrado, capaz de articular ações, metas e orçamentos das diversas secretarias, bem como dos governos estadual e federal.

Obras Públicas: Adapta praças, ruas e calçadas, a fim de transformar os espaços públicos em ambientes acolhedores e educativos e conectar as escolas com os locais onde são realizadas as ações complementares.

Engenharia de Tráfego: Facilita a circulação, permitindo que os alunos desloquem-se com segurança entre os diferentes espaços educacionais.

Educação: Contrata e monitora os educadores comunitários, que fazem a ponte entre as escolas e os parceiros locais. Capacita gestores e professores para que integrem as atividades complementares ao cotidiano da sala de aula. Mobiliza as famílias e acompanha os alunos.

Saúde: Trabalha com as escolas no sentido de prevenir, identificar e solucionar problemas de saúde que prejudicam o aprendizado dos alunos, como dificuldades de visão e audição, verminoses e carências nutricionais, entre outros.

Assistência Social: Cria novos programas sociais e integra os já existentes à proposta do Bairro-Escola.

Iniciativas estaduais e federais, como Bolsa-Família, PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Sentinela, Agente Jovem, Pró-Jovem, Pontos de Cultura e Primeiro Emprego, também podem e devem se associar, no âmbito municipal, a um projeto unificado de Educação Comunitária. A medida rompe com a lógica da fragmentação, articula recursos e oportunidades e permite que os alunos sejam atendidos de forma mais integral.

Pacto com a Sociedade Civil

A proposta do Bairro-Escola só se realiza quando os esforços empreendidos pelo poder público são acompanhados e complementados pela sociedade civil. A população precisa ser mobilizada para compreender, desejar e participar da sua implementação. Torna-se interessante, portanto, que líderes comunitários, organizações sociais e formadores de opinião, juntamente com a prefeitura, construam uma espécie de pacto capaz de traçar objetivos, responsabilidades e metas comuns e garantir o comprometimento de todos com a sua consecução.

As parcerias específicas, estabelecidas com aqueles que disponibilizam espaços, monitores, instrutores, metodologias, recursos materiais ou financeiros para a execução do programa, também precisam ser formalizadas. A intenção é assegurar que as tarefas e contrapartidas estejam claras e sejam realmente cumpridas por aqueles que se dispõem a colaborar. Representantes da comunidade que se mostrarem mais envolvidos, capacitados e disponíveis também podem contribuir com o processo de planejamento, monitoramento e avaliação do Bairro-Escola, a partir da constituição de comitês, conselhos ou instâncias afins, que sejam valorizadas e reconhecidas pelo poder público e pelos cidadãos.

Uma rede de parcerias sólida e diversificada e um processo de gestão transparente e participativo são requisitos essenciais para que a iniciativa tenha qualidade, sustentabilidade e continuidade. Isto porque enriquecem o conjunto de oportunidades oferecidas, geram mecanismos de controle e asseguram que o programa tenha caráter efetivamente público, evitando que seja confundido com a ação de um governo ou partido.

Respaldo Legal

O Bairro-Escola cria uma nova dinâmica de interação entre poder público e sociedade civil, escola e comunidade, população e conhecimento. Essas novas relações demandam novos procedimentos que, muitas vezes, precisam ser institucionalizados por meio de leis, a fim de se evitarem os entraves burocráticos, entre outros tipos de impedimentos. As alterações na legislação têm que respaldar, por exemplo, a formalização das parcerias entre prefeitura e organizações da sociedade civil, a criação do cargo de educador comunitário, a garantia de novas linhas de financiamento, entre outras questões que se mostrarem necessárias.



PASSO 2: IDENTIFICAÇÃO DE REFERÊNCIAS

Ao planejar seu programa de Educação Comunitária, escolas, organizações e municípios devem ter a preocupação de conhecer e analisar experiências semelhantes que já vêm sendo realizadas dentro e fora dos seus limites geográficos. Iniciativas localizadas ou de grande escala que estão sendo implementadas em diferentes estados brasileiros podem servir de inspiração, subsidiar o processo de concepção e evitar problemas de execução que já foram enfrentados e solucionados por outras instituições. Estudos e cursos de especialização oferecidos por algumas das principais universidades brasileiras também se constituem em importantes fontes de orientação.

A busca de referências deve prever também a identificação de pesquisas e projetos realizados nas mais diversas áreas do conhecimento que interagem com a proposta do Bairro-Escola, entre elas urbanismo, educação, cultura, trabalho, economia e novas tecnologias.



PASSO 3: REALIZAÇÃO DO PROJETO-PILOTO

Sugerimos às escolas, organizações ou municípios interessados em implantar o Bairro-Escola que desenvolvam uma etapa piloto antes de consolidar ou dar escala ao seu programa. Inicialmente, é preciso definir o foco dessa primeira experimentação a partir de critérios que garantam a sua capacidade de gerar exemplaridade. O piloto pode abranger uma escola ou um bairro da cidade. Seu processo de planejamento e execução deve ser registrado, monitorado e avaliado cuidadosamente, a fim de que se construam referências para seu aprimoramento e expansão. Ainda assim, é importante considerar cada nova experiência como única, ou seja, os parâmetros construídos não devem assumir o caráter de receita, mas oferecer orientações flexíveis e adaptáveis às especificidades e demandas de cada escola ou localidade.



PASSO 4: MAPEAMENTO

A construção do mosaico comunitário do Bairro-Escola se inicia com o mapeamento de indicadores sociais, oportunidades e parceiros.





Mapeamento dos Indicadores Sociais

Os indicadores sociais apontam as escolas e bairros com maior nível de vulnerabilidade e que mais necessitam dos benefícios promovidos pela Educação Comunitária. A identificação acontece a partir do cruzamento de diferentes dados, entre eles o cadastro do programa Bolsa Família, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os níveis de violência e as pesquisas de avaliação educacional.

Mapeamento de Oportunidades

Toda comunidade possui inúmeros potenciais educativos, alguns facilmente percebidos, outros nem tanto. No âmbito do Bairro-Escola, o “mapa do visível” inclui atividades claramente associadas à área educacional, como bibliotecas, museus, teatros e projetos sociais promovidos pelas três esferas de governo, por empresas privadas e organizações não-governamentais.

Já o “mapa do invisível” incorpora possibilidades pedagógicas mais inusitadas, como uma praça abandonada que se renova com a ajuda dos próprios alunos, um aposentado que vira contador de histórias ou uma oficina mecânica que se transforma em laboratório de física. Para identificar essas oportunidades ainda latentes, a comunidade precisa lançar um novo olhar sobre si mesma, reconhecendo o potencial educativo de pessoas, espaços e equipamentos públicos que não pertencem tradicionalmente ao universo da educação.

Ao elencar suas percepções, seus contatos e suas referências, os participantes do Bairro-Escola identificam uma série de possibilidades de aprendizagem. Diferentes pontos de vista contribuem para a montagem de um caleidoscópio de alternativas. Uma avó que borda, um amigo que faz pipas, um vizinho que constrói casas, um conhecido que dá aulas de informática, o conselho tutelar, um poeta, um grupo de teatro, uma banda de música, uma escola de samba, uma grande loja, um posto de saúde, um parque público, um salão de festas e até mesmo a piscina de uma residência particular são alguns dos muitos ativos que já existem na comunidade e podem se transformar em aliados do processo de aprendizagem.

As oportunidades levantadas passam a compor um mapa, que pode assumir diferentes formatos, como um relatório, uma tabela, um mapa cartográfico



propriamente dito ou um banco de dados digital. Alunos de pós-graduação da Fundação Vanzolini, entidade ligada à Universidade de São Paulo, desenvolveram um programa de busca na internet capaz de gerenciar todo o universo de oportunidades oferecidas pelas regiões onde o Bairro-Escola é implantado. O buscador funciona por meio da digitação de palavras-chave. Quando o usuário digita o termo “natação”, por exemplo, o programa lista todos os espaços da comunidade onde os alunos podem nadar. Os dados são inseridos e atualizados pelas equipes do Bairro-Escola de cada localidade. A tecnologia está disponível gratuitamente para qualquer escola, organização ou município que deseje utilizá-la.

É interessante que os processos de aprendizagem promovidos pelo Bairro-Escola incorporem os temas que geram identificação e fazem sentido para cada localidade. Daí a importância do mapeamento também resgatar a cultura local, as vocações naturais e as referências mais significativas para as pessoas do lugar. As informações obtidas ao longo dessa etapa podem ser registradas através de álbuns de fotografia, entrevistas gravadas, vídeos documentários e textos narrativos, entre outros materiais capazes de contextualizar processos realizados dentro e fora da escola.

Mapeamento de Parceiros



Uma vez identificadas as oportunidades, torna-se necessário mapear, conquistar e formalizar a relação com os parceiros que irão viabilizar a sua disponibilização para a comunidade. As parcerias são firmadas com pessoas comuns, remuneradas ou voluntárias, instâncias do governo municipal, estadual e federal, organizações sociais, universidades, pequenos empreendimentos locais, empresas nacionais e multinacionais e agências de cooperação internacional.

Cabe aos gestores do Bairro-Escola construir com esses interlocutores a forma como irão colaborar com o programa. Cada uma dessas contribuições também precisa se articular com as demais e com as escolas, a fim de que ofereçam uma vivência educativa ampla, contínua e qualificada. A perspectiva nesse caso é construir uma rede de parceiros coesa e diversificada, que se co-responsabilize pela implantação e sustentabilidade de todo o processo de Educação Comunitária.

O fortalecimento dessa rede depende de que esses diferentes atores se conscientizem do seu papel pedagógico e percebam os benefícios que essa nova atitude traz para os alunos e a comunidade. Tal movimento, principalmente em função do seu caráter coletivo, pode provocar grandes impactos no âmbito das políticas públicas e do desenvolvimento local.

PASSO 5: CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE TRILHAS EDUCATIVAS

As trilhas educativas dão mobilidade ao processo pedagógico e conectam as diversas oportunidades disponibilizadas pelo Bairro-Escola, com o objetivo de enriquecer, complementar e apoiar o ensino formal. Tais percursos formativos são construídos e gerenciados com a colaboração do Educador Comunitário, peça-chave de todo o programa e responsável por mediar a relação entre as escolas, os parceiros e a comunidade. Cabe a cada colégio, organização ou município decidir que trilhas podem ou precisam construir nos diferentes momentos de implantação do seu programa.

Trilhas Escolares

As trilhas montadas pelos professores para enriquecer o processo de sala de aula permitem que os alunos adquiram conhecimentos por meio da observação e experimentação da realidade. Tome-se como exemplo um grupo de docentes que decide trabalhar os conteúdos curriculares a partir da história da cidade. Analisando o mapa previamente elaborado, eles percebem que podem: abordar os eventos históricos percorrendo museus e monumentos e conversando com grupos de idosos do bairro; trabalhar matemática em meio a uma visita à antiga sede da bolsa de valores e química através da interação com um restaurador de obras antigas. Levantadas as possibilidades, professores e alunos constroem conjuntamente seu percurso formativo, definindo os locais que visitarão, as pessoas com as quais irão interagir e as datas em que cada evento ocorrerá.

Trilhas Complementares

Existem trilhas que são construídas com foco na complementação escolar. Algumas delas têm como propósito promover a educação em tempo integral, ampliando a jornada pedagógica por meio de atividades educativas oferecidas no contraturno, em diferentes espaços da comunidade. Aulas de esporte no clube, de desenho animado na escola de cinema, de informática no telecentro, de recreação na praça, de educação ambiental no parque, de cidadania na associação de moradores, de dança no salão de festas, além de apoio na elaboração das lições de casa estão entre as inúmeras possibilidades.





Nesse caso, o Bairro-Escola tem que estimular seus parceiros a criar diversas atividades, além de montar uma programação diária, articulada com os conteúdos trabalhados em sala de aula. Também precisa facilitar a circulação dos estudantes pelos diferentes espaços educativos, através da desobstrução das calçadas, da ambientação dos trajetos, da modificação do trânsito e até mesmo da disponibilização de ônibus. Outro desafio é identificar e capacitar monitores aptos a transformar cada uma dessas ações em oportunidades concretas de ampliação do nível de aprendizagem dos alunos. Parcerias estabelecidas com universidades permitem que esse trabalho de monitoria seja realizado com qualidade, por

estudantes de graduação recrutados como bolsistas e formados em serviço por seus próprios professores.

Algumas trilhas complementares acontecem também de forma independente da jornada ampliada. Envolvem cursos, oficinas, palestras, atividades esportivas, culturais e de entretenimento, sempre de caráter gratuito, que expandem o repertório e desenvolvem as habilidades de crianças e jovens nos horários em que não estão na escola, inclusive nos seus momentos de lazer.

Trilhas de Apoio

As trilhas do Bairro-Escola também percorrem caminhos que conectam os alunos a serviços públicos capazes de solucionar problemas que comprometem o seu processo de aprendizagem. Nos postos ou com os agentes de saúde, por exemplo, cuidam do seu bem-estar, evitando que doenças facilmente tratáveis atrapalhem seu nível de concentração e absorção de conhecimentos. Em clínicas psicológicas, trabalham questões emocionais e distúrbios de comportamento. Os conselhos tutelares acionam suas famílias quando notificados de que não estão freqüentando as aulas ou apresentam sinais de maus-tratos e negligência. A rede da Educação Comunitária ainda envolve diversos outros atores, a fim de garantir direitos básicos sem os quais os estudantes não conseguem aprender e se desenvolver.

PASSO 6: EXPRESSÃO, COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

O Bairro-Escola, enquanto processo comunitário, precisa abrir espaço para a expressão e participação de todos os interessados. A população deve ser encorajada a emitir suas idéias, opiniões e propostas a respeito da iniciativa, as quais devem ser valorizadas e consideradas sempre que possível. O programa, por sua vez, também precisa se comunicar permanentemente com a comunidade, a fim de conscientizar

as pessoas sobre a importância da Educação Comunitária, convocá-las a contribuir de maneira cada vez mais intensa e divulgar oportunidades, ações e resultados para que sejam usufruídos e celebrados por todos.

Torna-se fundamental, portanto, que se criem canais de comunicação dinâmicos e interativos, com o propósito de mobilizar a população, integrar os parceiros, facilitar as conexões, as trocas, o trabalho coletivo e a produção de conhecimentos, elementos essenciais para que o Bairro-Escola torne-se parte da cultura e da rotina dessas localidades. Ações e instrumentos que permitam à comunidade se conhecer e ser reconhecida, ao mesmo tempo em que divulgam e legitimam o programa dentro e fora do município.

Tais recursos de comunicação podem ser produzidos pelos próprios alunos, com apoio de educadores, comunicadores e técnicos, em meio a oficinas realizadas como parte das trilhas educativas. Campanhas de conscientização e mobilização social, agendas de oportunidades impressas e eletrônicas, boletins informativos, programas de rádio e tevê, vídeos documentários e exposições fotográficas estão entre os possíveis resultados desse processo. Sua execução depende da montagem de centros de mídia comunitária, que viabilizem o acesso, a produção e a difusão de comunicação pela população local.

Recomendamos ainda que os saberes gerados pelo Bairro-Escola sejam sistematizados e compartilhados interna e externamente, a fim de que possam subsidiar outras experiências e se aprimorar na interação com elas.

PASSO 7: EXPANSÃO

O processo de expansão do Bairro-Escola deve priorizar regiões que apresentem: alto nível de vulnerabilidade e demanda social, capacidade de promover oportunidades e parcerias, receptividade e adesão local. O ganho de escala deve ser acompanhado pela construção de parâmetros de qualidade e indicadores de resultados, analisados por meio de mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação. A preocupação é preservar princípios e conceitos e assegurar o alcance dos impactos esperados. Conselhos ou comitês compostos por representantes do poder público e da sociedade civil podem se constituir em importantes aliados desse processo, desde que tenham clareza do seu papel e competência para cumprir essa função.



CAPÍTULO 4

A GESTÃO DO BAIRO-ESCOLA

O Bairro-Escola deve ser gerido com a participação de diferentes representantes da comunidade, capazes de assumir a responsabilidade por tomar decisões e executar as ações previstas pelo programa.

TOMADA DE DECISÃO

Sugerimos que as decisões relacionadas ao Bairro-Escola, principalmente quando estruturado como programa municipal, sejam tomadas no âmbito de **Conselhos Locais** e de um **Conselho Gestor**.

Os **Conselhos Locais** seriam formados por representantes de diferentes segmentos (escola, organizações sociais, empresas, grupos culturais, conselhos, entre outros) e gerações (jovens, adultos e idosos), reconhecidos pela comunidade e qualificados para exercer plenamente a sua função. Suas responsabilidades compreenderiam a escuta e consideração das opiniões e propostas feitas pela população do seu próprio bairro, o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações locais, a preservação de conceitos, princípios e parâmetros e a deliberação sobre impasses e encaminhamento de ordem mais específica e localizada.

O **Conselho Gestor** seria composto de forma paritária por representantes do poder público, definidos pela prefeitura, e da sociedade civil, designados pelos Conselhos Locais, todos devidamente informados e comprometidos com o Bairro-Escola. Suas atribuições incluiriam o planejamento, o acompanhamento e a avaliação do programa em nível municipal, a definição e a preservação de conceitos, princípios e parâmetros e a deliberação sobre impasses e encaminhamentos de âmbito mais geral.

EXECUÇÃO

O Bairro-Escola é implementado conjuntamente pelo poder público municipal, pelas escolas, pelos parceiros e por Educadores Comunitários que medem as relações entre essas diferentes instâncias.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Cabe à prefeitura transformar o Bairro-Escola em política pública, criar ambiência junto à sociedade e coordenar a sua execução, criando infra-estrutura, qualificando a oferta dos serviços públicos necessários e financiando parte das ações. Para tanto, precisa potencializar e integrar programas, metas e orçamentos das diversas secretarias e dos governos estadual e federal.

ESCOLA

A escola constitui-se em eixo central do programa, por ser, juntamente com a família, a principal responsável pela formação dos seus alunos e por reunir diariamente as crianças e jovens da região. Sua contribuição para a Educação Comunitária torna-se inestimável quando participa do mapeamento das oportunidades e da construção de parcerias com os atores locais, apóia a montagem das trilhas educativas e articula seus conteúdos e vivências com o cotidiano escolar, motiva diretores, professores, familiares, e alunos para aderir ao processo, enquanto indivíduos e por meio de suas representações, como o conselho escolar, o grêmio estudantil e a associação de pais e mestres.

O envolvimento mais intenso só acontece quando esses diversos integrantes compreendem a importância, as vantagens e incorporam o Bairro-Escola como parte da sua cultura. A sensibilização interna nesse caso aguça a percepção de que a parceria com a comunidade não substitui, nem diminui o seu papel, mas complementa e fortalece a sua atuação.

PARCEIROS

Os parceiros são todos aqueles que oferecem tempo, conhecimento, habilidades, trabalho, espaços e oportunidades para ampliar as vivências educativas proporcionadas à comunidade. Espera-se que os parceiros não apenas disponibilizem apoios específicos, mas também se comprometam com o Bairro-Escola e se co-responsabilizem pela sua sustentabilidade. Daí a importância de se constituírem em uma rede articulada e atuante, reconhecida e valorizada pelos demais participantes do programa.

EDUCADORES COMUNITÁRIOS

O Educador Comunitário tem o papel de criar pontes entre a escola e a comunidade e construir redes de relações entre esses dois universos, atuando junto a grupos internos (grêmios, conselhos escolares, alunos, familiares, professores e direção) e externos (empresas, órgãos públicos, organizações da sociedade civil e cidadãos). Seu principal desafio é mobilizar esses atores, colocá-los em contato e facilitar a interatividade entre eles, para que possam trabalhar conjuntamente com vistas a identificar e promover novas oportunidades de aprendizagem.

O Educador Comunitário tem ainda a atribuição de: mapear constantemente os potenciais pedagógicos do bairro, transformá-los em vivências concretas, apoiar a montagem das trilhas educativas, integrar as diferentes ações e apoiar a sua articulação com o cotidiano escolar. Diante da sua importância para o Bairro-Escola, alguns municípios estão criando leis para transformá-lo em cargo público e facilitar a sua contratação.

Para cumprir bem a sua função, o Educador Comunitário deve mostrar-se aberto, disponível, criativo, gregário e flexível, mas sempre firme em sua intenção de gerar transformações que elevem a qualidade da educação. Sugerimos ainda que essa tarefa seja compartilhada por agentes da escola e da comunidade, a fim de que cada um assuma um conjunto específico de responsabilidades, conforme seu cargo, suas características e aptidões.

Vale ressaltar que todo Educador Comunitário deve ter como atributos essenciais um profundo compromisso com o desenvolvimento das pessoas e da comunidade, a humildade para saber que jamais conseguirá alcançar seu intento sozinho e a tenacidade para fomentar a promoção de mudanças de cultura e comportamento que levam tempo para acontecer.



MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação integra o Plano de Desenvolvimento da Educação na perspectiva de contribuir para a articulação local de políticas públicas voltadas para o atendimento de crianças, adolescentes e jovens. A escola é o espaço próprio e adequado para oferecer a formação integral. Isoladamente, no entanto, ela não pode responder pelo amplo conjunto de desafios que a formação integral implica. Por isso, como expressa a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte em seu projeto Escola Integral, é preciso “ampliar o tempo e o espaço educativos”.

As avaliações nacionais periódicas indicam que o desempenho escolar de meninos e meninas alcança melhores resultados quando são oferecidas atividades de natureza cultural, esportiva, comunitária envolvendo equipamentos da sociedade. Um ditado africano, utilizado na formação de educadores que participam do projeto Bairro-Escola de Nova Iguaçu, resume com propriedade essa concepção: “é preciso toda uma aldeia para educar uma criança”.

No contexto do Compromisso Todos pela Educação, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o programa Mais Educação traça diretrizes para envolver comunidades, famílias, sociedade e poder público na promoção de um ambiente educativo amplo e seguro para crianças, adolescentes e jovens.

O Programa Mais Educação articula ações dos Ministérios da Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Social e do Esporte para fomentar a educação integral e mobilizar também estados e municípios. Nos próximos anos, será necessário articular ações e medidas que incluem a capacitação de professores e funcionários, a criação e manutenção de espaços de convivência nas escolas, a oferta de atividades de esporte e lazer, fundamentais para o processo de aprendizagem. Esse processo é uma cadeia que deve ser mantida e alimentada.

Promover a educação integral significa garantir aos meninos e meninas brasileiros o direito de aprender, e criar oportunidades para que cada criança, cada adolescente, cada jovem possa desenvolver seus talentos num ambiente rico e acolhedor.



CIDADE ESCOLA APRENDIZ TRANSFORMA VILA MADALENA

A Vila Madalena é hoje um autêntico bairro-escola, referência no Brasil e no mundo. Fruto da Cidade Escola Aprendiz, a iniciativa já faz parte do banco de experiências da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), ligada à ONU.

A transformação do bairro em uma escola a céu aberto ocorreu ao longo dos últimos dez anos, em um processo de re-significação dos espaços públicos, de participação ativa de crianças e jovens e do envolvimento de toda a comunidade.

O pontapé inicial foi o site Aprendiz, que se desdobrou em uma série de projetos em parceria com a comunidade, as escolas, famílias, empresas e, mais recentemente, com o poder público.

Hoje, a Cidade Escola Aprendiz atende 60 crianças e 70 jovens no contra-turno escolar e tem um centro de formação para disseminar o conceito de Bairro-Escola. Só em 2006, 10 mil educadores brasileiros passaram pela organização.

As crianças tiveram papel fundamental na formação do Bairro-Escola. Com a criação da Escola da Rua, um núcleo de arte e intervenção urbana e comunitária, cinco mil jovens de escolas públicas e privadas participaram do projeto 100 Muros. Ao longo de 30 meses, eles criaram coletivamente painéis de mosaicos para 100 muros da cidade.

ESCOLA A CÉU ABERTO – Em função do contato com os jovens durante o projeto 100 muros, as crianças da comunidade expressaram o desejo de também fazer parte da Cidade Escola Aprendiz. Foi assim que surgiu a Escola na Praça, que realiza atividades educativas no contra-turno escolar com estudantes de 4 a 15 anos.

O espaço utilizado é a Praça Aprendiz das Letras, um lugar aberto antes abandonado e transformado pela ONG em praça e sala de aula. “Quem conhece aquela praça hoje e a conheceu antes consegue sentir o gosto de ver uma cidade moldada não pela violência, mas pela educação”, comenta Gilberto Dimenstein, fundador da ONG. “Surgiram ali flores, cheiros, árvores, brincadeira, na rua mais violenta e suja do bairro”, descreve.

Lá, as crianças desenvolvem atividades regulares nas áreas de artes, música e comunicação, além de atividades esportivas. “A Escola na Praça não é apenas um espaço dedicado à educação. Vai além. Por meio da arte, contribui para que o processo de ensino incorpore valores de cidadania, ética e respeito à diversidade”, diz a diretora geral da Cidade Escola Aprendiz, Natacha Costa. “Mais

do que isso, estimula o senso estético, a reflexão, a criatividade e o resgate da identidade das crianças e da comunidade da Vila Madalena”, acredita.

DIVISÃO DE RESPONSABILIDADES – E como todas as crianças estudam, o relacionamento da Cidade Escola Aprendiz se estendeu também para as escolas, famílias e bairros. Para dividir as responsabilidades com toda a comunidade, a ONG começou a articular redes de atendimento, serviços e recursos da sociedade, tais como escolas públicas e particulares, postos de saúde, hospitais, universidades, bibliotecas, ONGs, abrigos, restaurantes, Conselho Tutelar, Coordenadoria da Educação de Pinheiros e Pastoral do Menor.

O trabalho em rede possibilitou a troca de informações sobre as famílias e um olhar integral sobre a criança e o jovem. Os pais dos estudantes atendidos pelo Aprendiz são encaminhados para receber orientação nas mais diversas áreas, como terapia familiar, direito e saúde. A rede traz uma série de benefícios para a comunidade: mais legitimidade, otimização de recursos, redução de despesas e a transformação do saber acumulativo em saber por conectividade.

O processo de formação de trilhas educativas e os diversos programas de arte e comunicação para jovens se fundiram em um grande núcleo: as Trilhas Urbanas, cuja perspectiva é a mobilidade no bairro e na cidade, seguindo o conceito de Bairro-Escola. A criança e o jovem circulam pelas ruas e os diferentes agentes do bairro colaboram com a formação deles.

No caso dos jovens, estudantes das escolas do entorno, o foco do trabalho são projetos. Depois de passar por uma série de experiências socio-culturais, eles escolhem entre as ferramentas de comunicação e arte, como rádio, vídeo, música, teatro, fanzine. Cada grupo desenvolve um pro-

jeto que dialogue com a cidade e, a partir daí, vão atrás de parcerias, sob orientação do Aprendiz.

DIÁLOGO COM A CIDADE – Os jovens começam, assim, a frequentar espaços que não frequentavam antes, como centros culturais, museus, cinema, biblioteca. “Vale frisar que as trilhas são desenhadas a partir da demanda das crianças e dos jovens. Eles são os protagonistas do estabelecimento dessas redes”, diz Natacha. “Não é o educador ou o Aprendiz que decide para onde essa criança ou esse jovem vai. Analisamos as oportunidades educativas e de apoio do bairro, a partir da demanda que eles trazem, de sua vontade, de seu talento e de suas necessidades”, reitera.

À medida que os estudantes começaram a estabelecer as Trilhas Educativas, surgiu uma série de parcerias no bairro. Um exemplo é a Gorjeta Solidária, envolvendo os restaurantes Salve Jorge, Posto 6 e Zé Menino, que destinam 10% do valor da gorjeta para o projeto Escola na Praça. “A quantia financia as aulas de basquete das crianças na Praça. Os restaurantes custeiam também o lanche para os participantes”, conta a assistente de direção, Solange Costa Ribeiro, no Aprendiz desde sua fundação.

Outra trilha é a biblioteca da Universidade Belas Artes, que montou uma sala de leitura para as crianças e deu formação para um educador do Aprendiz. O acervo está disponível para toda a comunidade. A Locadora 2001 é outro parceiro e oferece a possibilidade de atividades planejadas a partir da exibição de filmes de seu acervo.

Os exemplos não páram aí. A Associação de Cristãos e Moços (ACM) também recebe as crianças. Na C&A, jovens do Aprendiz participaram de um programa de estágio, de onde alguns saíram empregados. Uma das parcerias mais recentes é com o SESC, que está fomentando a criação de

um jornal chamado Na Faixa, com informações sobre eventos culturais gratuitos e distribuição nas escolas do bairro. Também o SESC ofereceu a oportunidade de as crianças, jovens e familiares obterem carteirinhas para livre acesso. Tanto as crianças como os jovens podem se envolver com todos esses serviços da comunidade e não necessariamente todos passam pelas mesmas trilhas. Ano a ano, as oficinas são pensadas e repensadas, seguindo um conceito de percurso formativo.

Agora, a Cidade Escola Aprendiz busca perspectivas de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Mostra disso são dois projetos em andamento. O Centro Paula Souza, por meio do programa Bairro Sustentável, dá formação em competências ligadas a profissões relacionadas aos talentos do bairro. Como a Vila Madalena tem muitos bares e restaurantes, os jovens estão recebendo formação de chapeiro na Escola Técnica Guaraci Ribeiro, em Pinheiros. “A idéia é oferecer ainda cursos de pizzaiolo, confiteiro e padeiro”, revela Natacha. Outra parceria é com a empresa de bebidas Diageo, que oferece, no Brasil e em outros países, formação para jovens como bartender e baristas.

PARCERIA FUNDAMENTAL – Por muito tempo, o poder público teve pouca presença na Cidade Escola Aprendiz. Hoje, no entanto, isso está mudando. Natacha conta que a experiência de levar as pessoas para a rua, de fazer com que elas desejem cuidar do bairro, começou a chamar a atenção e órgãos públicos começaram a apoiar as iniciativas.

O Jornal Na Faixa, por exemplo, vai receber apoio das Secretarias Municipal e Estadual de Educação de São Paulo. Durante a Virada Cultural, evento cultural patrocinado pela Prefeitura de São Paulo, uma das atrações foi realizada na Praça, com

suporte da Subprefeitura de Pinheiros que, por sua vez, abraçou a idéia de Bairro-Escola e está construindo para si seus referenciais (veja box). “Nossa conclusão, ao final desse tempo todo, é que o poder público tem um papel fundamental. E é por isso que apoiamos tanto as experiências de Belo Horizonte e de Nova Iguaçu”, diz Natacha. “Não há organização não governamental, não há escola que consiga viabilizar esse processo sem que o poder público dê suporte, coloque suas secretarias para olhar, para dar apoio e entenda de fato que tem que haver uma gestão intersetorial, um diálogo da educação com a saúde, com a assistência social, enfim, entre todos”, defende. Em parceria com o poder público, o Aprendiz começa a abrir portas para a cidade.

Segundo Natacha, a Cidade Escola Aprendiz ainda tem alguns desafios, principalmente com relação à manutenção da rede. “É preciso fomentar essa rede, para que ela continue acontecendo”, avalia. Outro ponto é a organização e divulgação das experiências. “Fazemos um trabalho forte de divulgação, mas, às vezes, falta dar conta do fluxo de informações”, diz Natacha.

Outro desafio é a avaliação dos indicadores. “Temos feito um esforço muito grande para levantar os indicadores do Bairro-Escola, que são diferentes dos convencionais”, conta Natacha. Como se trata de um movimento da cidade e do bairro, os indicadores estão ligados a fatores como a integração da criança e do jovem à sociedade, relacionamento com a família e dessa família com a comunidade, além da capacidade das crianças e dos jovens de sonhar, de projetar seu futuro. “O bairro-escola quebra paradigmas e traz a referência de que a educação não é responsabilidade única da escola, e, sim, de uma comunidade inteira”, diz Natacha.

PINHEIROS NA TRILHA DO BAIRRO-ESCOLA

A experiência da Cidade Escola Aprendiz da Vila Madalena, em breve, vai se expandir para os bairros vizinhos. A Subprefeitura de Pinheiros está empenhada em transformar num Bairro-Escola a região, formada por 20 bairros de quatro distritos: Pinheiros, Alto de Pinheiros, Jardim Paulista e Itaim Bibi. Os primeiros passos já foram dados. Apesar de a região apresentar os maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), a Subprefeitura está enfrentando uma série de desafios na implantação da iniciativa. Resistência da comunidade em trabalhar com o poder público, falta de comprometimento e dificuldades na formação de redes são alguns dos obstáculos a serem superados.

Tudo começou com o interesse mútuo da Cidade Escola Aprendiz e da Subprefeitura de Pinheiros em ampliar o Bairro-Escola Vila Madalena para o Bairro-Escola Pinheiros. Com essa missão, o educador Piatã Stoklos Kignel assumiu, em março de 2007, o cargo de supervisor de Cultura da Subprefeitura de Pinheiros. Piatã, que trabalhou no Aprendiz por dois anos, conta que a primeira ação da Subprefeitura foi a abertura do Fórum Permanente de Formulação de Políticas Públicas para Cultura, na Região de Pinheiros. O Fórum de Cultura tem como objetivo criar um espaço para a comunidade local pensar conjuntamente ações de política pública na área cultural.

O primeiro encontro foi em abril de 2007 e reuniu 60 pessoas ligadas a galerias de arte, centros culturais, ONGs, poder público e empresas. Nessa reunião, a Subprefeitura apresentou um pré-projeto para que os participantes pudessem

tirar dúvidas, dar sugestões e oferecer participação. Para Piatã, a receptividade foi média. “Algumas pessoas demonstraram resistência em realizar ações conjuntas com o poder público”, lamenta.

Além do Fórum, a Subprefeitura estabeleceu quatro comissões de trabalho. A de Meio Ambiente e Cultura vai definir a ocupação dos espaços públicos na perspectiva da responsabilidade ambiental. A de Ocupação e Espaços Públicos vai pensar em como ocupar os espaços urbanos com arte, elaborar projetos e operacionalizá-los. Outra comissão é a Rede do Brooklin/Itaim. “Notamos que esses bairros têm uma cultura local muito diferente, além da questão geográfica. A idéia dessa rede é fortalecer a articulação local”, justifica.

A Comissão de Educação e Cultura é a que mais avançou nos trabalhos e já conta com mais de 30 pessoas interessadas na implantação do Bairro-Escola, ligadas a museus, instituições, empresas, escolas, associações.

Segundo Piatã, nesse início do processo, a Subprefeitura age como facilitadora da rede. “Enfatizei que cada um teria que convidar outros atores sociais de suas próprias redes de contato. Em algumas ocasiões, tive a impressão de que não quiseram assumir a responsabilidade. Faltou comprometimento”, avalia. “Caso as pessoas não convidem outros atores se fará necessário pensar em nova estratégia de articulação local e de fortalecimento comunitário”, diz Piatã, lembrando que uma rede se concretiza quando os participantes se apropriam do coletivo e passam a ser co-gestores daquela atividade.



TRILHAS EDUCATIVAS EM SÃO PAULO

O conceito de Bairro-Escola nasceu na Vila Madalena, foi se espalhando pela cidade de São Paulo e já desceu a Serra do Mar. As iniciativas surgiram das formas mais variadas. Entre elas, um ponto em comum: o uso dos espaços públicos para criar novas oportunidades de aprendizagem para crianças e adolescentes. Outra característica é o trabalho voluntário de pais, professores e outros integrantes da comunidade, empenhados em contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

No centro da capital, Teatro Municipal, Sala São Paulo e Pátio do Colégio, entre outros ícones culturais paulistanos, viraram locais de estudo para os alunos das escolas municipais da região. A iniciativa partiu da Subprefeitura da Sé, que desde 2005, coloca em prática o projeto O centro pode ser uma sala de aula. “A idéia é fazer com que os alunos ocupem e vivam sistematicamente todos os espaços culturais oferecidos pelo centro”, explica Olga Arruda, assessora especial da Subprefeitura da Sé desde o início do projeto.

Com o tempo, Olga percebeu que só levar as crianças a esses locais não era suficiente. “Entramos em contato com as instituições para que elas planejassem formas educativas e criativas de receber nossos alunos”, conta. “Constatamos que a escola se fecha para o seu entorno e vice-versa. Porém, não desistimos e, aos poucos, seduzimos diversas

instituições culturais”. Hoje, o projeto conta com cerca de 80 parceiros, entre eles a organização Cidade Escola Aprendiz, responsável pela formação dos professores e gestores educacionais.

O educador comunitário é uma peça-chave no processo, uma vez que atua como elo de ligação com o bairro. Cada escola tem, em média, dois educadores comunitários. Para se tornar um deles, o professor apresenta um projeto que pode ser aprovado ou não.

As visitas aos centros culturais são gratuitas e, geralmente, realizadas no contra-turno escolar. Segundo Olga, as escolas procuram envolver as famílias nas atividades. “Pais e filhos começaram a perceber que o centro também é um bairro e mudaram a visão sobre o lugar onde moram e estudam”, avalia.

VIZINHOS UNIDOS – Localizada na Avenida Paulista, a Escola Estadual Rodrigues Alves também conquistou uma rede de parceiros na sua vizinhança. O Itaú Cultural, por exemplo, localizado na mesma quadra da escola, coloca todos os seus equipamentos à disposição e capacita os professores para que acompanhem melhor seus alunos nas visitas às exposições em cartaz.

Com o Hospital Santa Catarina, a escola realiza uma série de atividades. Um exemplo é o Contador de Histórias, projeto em que os estudantes contam histórias para as crianças internadas. O coral de primeira a quarta série também é organizado voluntariamente por um funcionário do hospital. O Banco Real assumiu o projeto de restauro da escola e a organização Paulista Viva desenvolve cursos de informática para os estudantes. Segundo a diretora Ivete Mitico, a iniciativa fez com que muitos estudantes passassem a levar os pais para a Paulista no fim de semana, o que aumentou a sua interação com a cidade.

Com cerca de 2,4 mil alunos e 80 professores, a Rodrigues Alves abriu as portas para a comuni-

dade em 1998, quando a Secretaria da Educação do Estado começou a difundir a proposta do voluntariado. Para a diretora, os voluntários são o que há de mais precioso na escola: “São pais, professores e alunos com vontade de contribuir e doar o seu tempo”, diz Ivete. Ela conta que as parcerias foram surgindo aos poucos, à medida que as pessoas procuravam a escola. “O objetivo é ampliar o currículo escolar. O professor já começa a perceber que é necessário expandir os espaços de aprendizagem, pois o aluno está cansado da sala de aula”, avalia.

MODELO PARTICIPATIVO – Na cidade de Praia Grande, na Baixada Santista, as escolas municipais estão trabalhando para aumentar o tempo de permanência escolar dos alunos, aproximar família e comunidade da escola e diminuir o índice de repetência. Tudo começou quando a Secretaria de Educação do Município verificou que os altos índices de retenção estavam associados à ausência da família na vida escolar. “Este cenário nos fez pensar no pedagogo comunitário”, lembra a Secretária de Educação, Maura Lígia Costa Russo. O cargo destina-se a professor titular formado em pedagogia, que tem a função de fomentar o elo entre a escola e seu entorno.

Em 2005, o município criou uma política pública para incluir o pedagogo comunitário nas escolas da rede municipal. Cada uma das 52 unidades elegeu seu educador e, no ano seguinte, eles iniciaram suas ações. Por meio de um modelo participativo, cada escola discute sua própria proposta pedagógica e a apresenta para a Secretaria de Educação.

Em 2006, foi traçado um perfil do bairro e do entorno das escolas e, a partir desse mapeamento, cada pedagogo constrói suas próprias trilhas. “Todas as ações devem ser relacionadas com o currículo escolar”, pontua Maura Lígia. “Nosso grande desafio é trazer a família para perto da escola. Sabemos que não existe receita

e apenas com a prática poderemos perceber a amplitude e os impactos dessas ações”, avalia.

SEM PAREDES – Quando chegou à Escola Municipal Amorim Lima, no Butantã, a primeira providência da diretora Ana Elisa Siqueira foi fortalecer o conselho escolar, formado por pais, funcionários, coordenação, direção e professores. Em função disso, os familiares aproximaram-se cada vez mais e montaram um grupo para identificar e solucionar os problemas da escola.

Para melhorar os processos escolares, a diretora contratou uma assessoria especializada que promovia reuniões a cada dois meses para discutir educação. “Todo mundo participava, dos funcionários da limpeza à diretora”, recorda Ana Elisa. Um dia, a assessoria trouxe um vídeo sobre a experiência da Escola da Ponte, de Portugal, que reforça a natureza democrática do conhecimento. “As crianças sabem o que têm que fazer e cada uma é responsável pelo seu projeto”, explica Ana Elisa.

Todos ficaram encantados com a proposta e passaram a desejar a construção de um novo projeto pedagógico. Para implantar esse sonho, os pais pediram apoio à Secretaria Municipal de Educação. O pressuposto do projeto, segundo Ana Elisa, é a busca de aprendizado pessoal dentro de um processo e de um espaço coletivos.

Para concretizar a teoria, o primeiro passo foi derrubar as paredes entre as classes. Alunos de séries variadas e professores de diferentes disciplinas passaram a trabalhar juntos. Depois inseriram na grade curricular oficinas de inglês, arte, educação física, teatro, capoeira, leitura, informática e educação ambiental. Os alunos revezam-se entre as ações em classe e as oficinas. Estudam coletivamente, em atividades pessoais, e podem pedir ajuda aos colegas. “Uma vez por semana, uma tutoria discute a ficha de organização semanal e o progresso de cada um”, completa Ana Elisa.

UNIÃO PELA PAZ – Para o diretor da Escola Estadual Campos Salles, Bras Nogueira Rodrigues, tudo passa pela educação e a escola só vai fazer bem a sua parte quando se aproximar da comunidade. Foi com essas idéias que ele assumiu o cargo em novembro de 1995. “A escola tem que ocupar um espaço central na comunidade em que atua e, para isso, é necessário aproximar-se das lideranças locais”, acredita.

Localizada em Heliópolis, bairro paulistano com 120 mil habitantes, a escola começou a promover encontros entre pais de alunos e lideranças comunitárias, nos quais nasceram quatro comissões. A Comissão Relação Escola Comunidade mobiliza as famílias a participar da vida escolar. A Comissão de Reivindicação articula as pessoas quando necessário, mostrando a importância do voluntariado. “Se a gente precisar de 50 pessoas para fazer uma reivindicação de um dia para o outro, a Comissão consegue articular e mobilizar essas pessoas”, conta Rodrigues. A Comissão de Cultura, Esporte e Lazer promove oficinas e organiza uma mostra cultural anual. A Comissão de Limpeza, Conservação e Manutenção do Prédio Escolar, por sua vez, lidera o processo de pintura da escola, entre outras ações.

Segundo Bras, a violência na escola e no bairro diminuiu bastante nos últimos anos. “No começo, havia um medo que paralisava a todos”, conta. “Aos poucos, fomos mobilizando as pessoas”, diz ele, lembrando da caminhada pela paz que organizaram em 1999, após o assassinato de uma aluna de 16 anos.

A primeira Passeata da Paz de Heliópolis reuniu mais de cinco mil pessoas. A partir daí, o evento se tornou anual e já está na oitava edição. “No início, foi difícil conseguir o envolvimento dos professores. Muitos estavam desmotivados e não tinham o hábito de construir coisas por si”, recorda. “Agora, o professor da Escola Campos Salles tem outro perfil”, garante.

SAMBA NA ESCOLA – No Parque do Peruche, periferia de São Paulo, a Escola Municipal Garcia D’Ávila contribuiu para diminuir a violência no bairro. O diretor, Waldir Romero, conta que quando assumiu o cargo, há 11 anos, encontrou uma escola degradada. “Aqui dentro tinha drogas, violência e até assassinatos”, recorda. “Hoje, nossa escola não tem mais problema com violência, é bem cuidada e as pessoas têm orgulho de estudar e trabalhar aqui”, relata.

Para reverter a situação que encontrou, Waldir começou a conversar com os estudantes sobre ética e cidadania, mas encontrou resistência. Decidiu pensar em um projeto de longo prazo. A primeira ação foi abrir a escola nos finais de semana. “Só os jovens apostaram na idéia, pois era a única opção de lazer para eles”, recorda.

O passo seguinte foi estabelecer parcerias com a comunidade. Waldir passou a visitar as escolas de samba do bairro e percebeu o potencial educativo desses espaços. “Começamos a desenvolver um trabalho que envolve educação, cidadania e carnaval”, lembra. “As pessoas passaram a tomar para si a escola e a partir do samba, transformaram a comunidade em um espaço de aprendizagem”, diz ele. “Temos uma grande participação das famílias nas atividades”, acrescenta. Houve ainda um trabalho de reconstituição da história do bairro a partir das trajetórias das escolas de samba da região.

A partir de 2003, a Garcia D’Ávila passou a organizar diversos eventos, como a festa de aniversário do bairro e o Folia da Cidadania, um desfile em meio ao qual os adolescentes e jovens aprendem todas as atividades ligadas a uma escola de samba.

A próxima meta é transformar o Parque do Peruche em um pólo de recepção de turismo voltado ao samba e ao carnaval. Waldir conta que há reuniões pedagógicas, visando inserir esses temas no currículo escolar. “Hoje em dia não temos mais separação entre escola e comunidade”, conclui.



NOVA IGUAÇU TEM BAIRRO-ESCOLA

Ruas, praças, clubes e academias, entre muitos outros lugares estão virando espaço educativo, território fértil para receber as políticas públicas integradas em torno da Educação, na cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. No período complementar ao turno regular das escolas municipais, crianças e adolescentes participam de atividades educacionais no entorno da escola. A grade inclui reforço escolar e oficinas de esporte, teatro, dança, cinema, artes plásticas, música e informática. Toda a comunidade é chamada para participar desse processo, que está transformando Nova Iguaçu em uma cidade educadora.

Desde que começou, em 2006, o Programa Bairro-Escola vem mudando a cara do município. A começar pelos murais espalhados pela cidade, com o aviso: “Bem-vindo! Você está entrando numa área Bairro-Escola”. É fácil identificar as ruas mais limpas e bem sinalizadas, com faixas de pedestres e muros pintados no caminho percorrido pelos alunos.

Nas ruas comerciais, os lojistas já não expõem mercadorias nas calçadas. Já havia uma lei no município proibindo o uso da calçada para exposição de produtos. A Prefeitura aumentou a fiscalização para garantir que a lei fosse cumprida. Afinal, era preciso deixar os passeios desobstruídos para garantir o vai-e-vem dos estudantes. Lúcia Silva, funcionária

de uma loja de ferragens, conta que o movimento caiu um pouco, mas acredita que a iniciativa foi muito positiva para a cidade. “As mães trabalham sossegadas, enquanto as crianças têm alimentação e recebem orientação o dia todo”, observa.

Em Nova Iguaçu, a iniciativa de implantar o ensino em tempo integral, utilizando a cidade como espaço de aprendizagem, partiu da prefeitura, que tem a educação como eixo central. O projeto-piloto começou em março de 2006 no bairro Tinguá. Em meados de 2007, a iniciativa já integrava 31 escolas em 20 bairros, atendendo cerca de 25 mil alunos. A meta é envolver todas as 100 escolas do município até o final de 2007, conforme Maria Antônia Goulart, coordenadora geral do Programa Bairro-Escola de Nova Iguaçu.

Depois de conhecer experiências como os Cieps, do Rio de Janeiro, os CEUs, de São Paulo, e a Cidade Escola Aprendiz, da Vila Madalena, Maria Antônia e sua equipe começaram a pensar em como adaptar a proposta da educação integral à realidade de Nova Iguaçu, uma cidade com graves problemas sociais e de infra-estrutura. Dobrar o número de escolas para implantar a dupla jornada seria inviável. “A gente entendia a importância do conceito de Cidade Educadora, de Bairro-Escola, de integrar o que o município possui”, recorda Maria Antônia. “Tiramos daí a linha de trabalho sobre a qual todas as secretarias se debruçaram e deram sua contribuição para a montagem da estratégia do programa”, recorda.

A Secretaria de Participação Popular ficou responsável por fazer um levantamento das lideranças e equipamentos públicos, privados e comunitários existentes em cada bairro, bem como de traçar a rede de potenciais parcerias. Durante o trabalho, surgiram colaboradores bastante inusitados, como um barbeiro que tem uma biblioteca e empresta

livros para os alunos, e uma senhora que ofereceu a piscina da sua própria casa para que as crianças do bairro pudessem ter aula de natação. “Para nós não há mais distinção entre o público, o privado e o comunitário. Existe o bairro e seu nível de engajamento no desenvolvimento local”, diz Maria Antônia.

Escolas particulares disponibilizaram biblioteca, quadras e salas vazias. Igrejas, academias de ginástica e até salão de festas emprestaram seus espaços em horários ociosos. Concluído o mapeamento, os parceiros assinam um termo de adesão, comprometendo-se formalmente em ceder gratuitamente o que foi oferecido nos dias e horários determinados, em regime de comodato. A Prefeitura cobre os custos extras com água, luz e até mesmo cloro, no caso das piscinas.

GRANDE CIRANDA – As Secretarias de Cultura, Esportes, Desenvolvimento Econômico e Educação ficaram responsáveis, respectivamente, pelas oficinas culturais, esportivas, de informática e de aprendizagem. Quem conduz as atividades são os agentes educadores, estudantes do Ensino Médio ou Superior e alunos das escolas de Formação de Professores (magistério), que recebem bolsa da prefeitura. Entram no circuito ainda jovens bolsistas de programas do governo federal, como Agente Jovem e Segundo Tempo, entre outros.

Cada órgão dispõe de um coordenador geral que monitora as atividades promovidas em cada bairro, a fim de alinhar a metodologia. As oficinas culturais, por exemplo, procuram desenvolver a criatividade e valorizam a cultura de cada região. Na área de esportes, a proposta pedagógica é desenvolver habilidades psico-motoras e estimular a cooperação e a solidariedade em detrimento da competição. Nas oficinas de aprendizagem, é objetivo garantir o desenvolvimento da autonomia e, nelas, as crianças reforçam o que foi visto nas aulas e fazem a lição de

casa. A iniciativa faz com que as crianças de primeira a quarta série passem por todas as oficinas em sistema de rodízio, para, quando chegarem na 5ª série, poderem escolher uma delas para se aprofundar.

Em cada escola, há os coordenadores de cada área, que monitoram os estagiários, além de um coordenador geral do programa, que gerencia o conjunto das atividades oferecidas no horário complementar. Na Escola Municipal Ana Maria Ramalho, por exemplo, quem assume esse papel é o professor David dos Santos Moura. “O Bairro-Escola é uma grande ciranda. Dentro da escola, não existem ações isoladas. A Educação dá a mão para a Cultura, que dá a mão para o Esporte e assim por diante”, diz ele. “A união é imprescindível. Sem o apoio de qualquer uma das secretarias, da escola ou da comunidade, o programa não tem como funcionar”, afirma. Outro ator importante é o agente pedagógico, que faz a ponte entre as escolas e a Secretaria de Educação.

VOLUNTARIADO - O Bairro-Escola conta ainda com voluntários, em sua maioria mães de alunos e integrantes do Grupo de Convivência de Idosos, formado por participantes do programa Brasil Alfabetizado. Eles ficam com as crianças principalmente no horário intermediário, entre um turno e outro, quando os alunos almoçam, escovam os dentes, tomam banho e fazem atividades de relaxamento. Todos os voluntários passam por uma capacitação nas áreas de saúde, cultura e educação.

Uma dessas voluntárias é Djanira dos Santos Lourenço da Silva, 40 anos, mãe de uma aluna da Escola Ana Maria Ramalho. “Muitas mulheres criam seus filhos sozinhas, saem para trabalhar e não têm com quem deixar as crianças”, relata. “Hoje, podem contar com um lugar seguro, onde os filhos têm oportunidade de fazer cursos que a mãe não poderia pagar”.

LOGÍSTICA - Estabelecidas as parcerias, a equipe do Bairro-Escola procurou facilitar a

circulação dos alunos entre a escola e o local onde realizariam as ações do contra-turno. Entraram em ação a Secretaria de Obras e Urbanismo e os serviços públicos da prefeitura. Sinalização, controle de trânsito, construção e desobstrução de calçadas, redutor de velocidade, instalação de lixeiras e comunicação visual são algumas das ações desenvolvidas para requalificar o espaço urbano.

Motoristas, comerciantes, agentes de trânsito e demais integrantes da comunidade são convidados a participar da tarefa de educar. “Tudo que a gente entende que deve ser a escola, um espaço bonito, alegre, educativo, explode e vai contaminando todo o bairro”, comenta Maria Antônia.

Os reflexos do Bairro-Escola não páram por aí. A Secretaria de Trânsito, por exemplo, está instalando placas com os nomes das ruas, que antes não existiam. Para isso, desenvolveu um modelo de placa que apresenta o nome da rua e a sua devida explicação. A informação é fruto de pesquisa realizada pelas próprias crianças, que visitam o centro de memória da cidade, a biblioteca pública e conversam com os idosos do bairro para conhecer suas histórias.

Para Maria Antônia, a relação com as famílias é um dos principais desafios do programa. “A maioria ainda tem a visão de que o aluno só aprende com quadro negro, giz e caderno lotado”, diz ela, lembrando que as crianças só podem participar da iniciativa com consentimento dos pais.

Todas as escolas são obrigadas a entrar no horário integral, de acordo com a política pública do município. Desde janeiro de 2007, a Prefeitura implanta a iniciativa em dois bairros por semana.

COMUNICAÇÃO – Maria Antônia conta que a comunicação com a cidade foi realizada aos poucos, em meio a cada etapa implantada. “No começo, estávamos inseguros”, confessa. “Nunca ninguém tinha assumido a responsabilidade de circular com as crianças pela rua”, destaca. No final de 2006, houve

uma grande avaliação e muita coisa foi repensada, principalmente em relação ao horário integral de 5ª a 8ª série, que teve um alto índice de evasão. “Os adolescentes não queriam andar em grupos pelo bairro, guiados por um monitor”, conta. Nos primeiros meses de 2007, o programa foi suspenso e, a pedido dos alunos, passou por reformulações. Agora a grade oferecida segue o modelo das universidades, e o estudante escolhe uma oficina à qual se dedicar. Uma das instituições parceiras é a Escola de Cinema, que está despertando bastante interesse entre os adolescentes.

Outra necessidade do programa é fortalecer a autonomia das escolas para que a gestão das parcerias seja descentralizada. “Vamos apresentar um projeto de lei que nos permita repassar os recursos para as escolas”, revela Maria Antônia.

Segundo a coordenadora, há três características intrínsecas à proposta do Bairro-Escola, com as quais precisa-se aprender a lidar. A primeira delas é a falta de condições ideais, que deve ser gradualmente solucionada, mas não pode se tornar empecilho para sua implementação. A segunda são os conflitos gerados principalmente por aqueles que resistem ao novo, os quais necessitam ser superados para que o maior número possível de pessoas e instituições colaborem com o programa. A terceira diz respeito à flexibilidade, sem a qual nada acontece. “Precisamos ter princípios e metodologia coerentes, mas temos que ser flexíveis para fazer tudo que for possível”, aconselha.

Na Escola Municipal Professor Ruy Afrônio Peixoto, em Miguel Couto, 113 alunos, do total de 700, participam do horário integral. “Depois que entrou para o programa, meu filho se dedica mais aos estudos e está mais animado”, conta Regina Célia da Silva Oakes, mãe de um aluno da quarta série. “Agora, ele fica triste o dia que não tem todas as atividades. Me sinto feliz porque o projeto é excelente e a criança gosta muito de participar”, diz ela.



BELO HORIZONTE VIROU SALA DE AULA

É hora de ir pro parque! Em meio a muita algazarra, as crianças se reúnem no ginásio da escola. Logo depois, saem organizadas, acompanhadas de um monitor. Os portões se abrem e elas seguem em direção ao seu destino, a poucas quadras dali. No caminho, as calçadas são amarelas e os muros coloridos, e tem gente esperando para ver a meninada passar. Quando chegam ao parque, uma turma faz a lição de casa, outra aprende capoeira, outra literatura ou matemática.

A cena descrita acima acontece de segunda a sexta-feira na Escola Municipal Professora Consuelita Cândida, em Belo Horizonte, uma das primeiras a participar do programa Escola Integrada. A iniciativa começou em 2006, como projeto-piloto, em sete unidades da rede municipal. Atualmente, são 29 escolas envolvidas e cerca de 10 mil estudantes beneficiados. A expectativa é gradualmente expandir a proposta para, pelo menos, metade da rede, que compreende 212 escolas.

O empenho de Belo Horizonte pela melhoria na qualidade de ensino vem de longe. O município coordena a Rede Territorial Brasileira da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e deu início a esta ação pioneira e arrojada: a busca de uma escola integrada. “Nesse projeto, a escola torna-se pólo coordenador de um conjunto de interações com a sociedade, com os espaços comunitários, com os fazeres culturais, esportivos e sociais”, diz o prefeito

de Belo Horizonte, Fernando Pimentel. “A escola integrada busca propiciar aos alunos uma vivência plena com o conhecimento e com as experiências de seu contexto social e familiar”, completa.

O programa amplia a jornada educativa do Ensino Fundamental para nove horas, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação. Antes ou depois das aulas regulares, os estudantes participam de uma série de atividades, que incluem acompanhamento pedagógico e oficinas nas áreas de formação pessoal e social, esporte, arte, cultura e lazer.

Tudo acontece nos espaços próximos à escola, parques, museus, igrejas e bibliotecas, todos transformados em locais de aprendizagem. Os atores, por sua vez, são muitos. A Escola Integrada funciona através de parceria entre o poder público, as escolas, a comunidade e 10 instituições de ensino superior.

Os efeitos do programa se refletem pela cidade. A começar pelas ruas, que ficam mais bonitas e organizadas para receber as crianças. A escola, muitas vezes a única referência do bairro, estabelece um diálogo com a vizinhança e resgata suas potencialidades. A universidade, por sua vez, transpõe seus muros e transfere conhecimento para a sociedade. E o programa gera oportunidades de trabalho, não só para os universitários, como para pessoas da redondeza que têm algo a ensinar.

VONTADE POLÍTICA - O poder público municipal é o grande articulador da Escola Integrada. “Se o governo local e sua equipe não comprarem a idéia, se não forem eles mesmos os advogados da causa, não tem como implantar esse programa”, afirma Pimentel. “Não há Secretaria de Educação ou equipe pedagógica que consiga, porque isso aqui é um desafio para todo mundo”, enfatiza.

A discussão sobre a escola em tempo integral começou a ganhar corpo em Belo Horizonte em 2004, a partir de um projeto de lei que previa a ampliação da jornada escolar para alunos da rede municipal de ensino, estabelecendo prazos para sua implantação. Inicialmente, a idéia era implantar a jornada integral em uma escola por ano. “Levaríamos pelo menos 180 anos para atender toda a rede”, conta a então Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte (Smed), Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva. “Começamos a pensar num formato que pudesse atender mais rapidamente um número maior de alunos”, recorda.

Maria do Pilar conta que, durante essa busca, ela e sua equipe conheceram diversas experiências, entre elas a da Cidade Escola Aprendiz, na Vila Madalena, e a do Bairro-Escola, em Nova Iguaçu. “As peças do quebra-cabeça foram se encaixando”, relembra Maria do Pilar. “Não era preciso construir outra escola. Bastava identificar lugares no bairro que pudessem atender as crianças”, resume. Para ela, um dos desafios consiste em convencer a escola de que a iniciativa, apesar de educacional, não é só da Secretaria da Educação. “Trata-se de um projeto da gestão municipal. É integrado e, por isso, tem tudo para dar certo”, acredita.

Todas as secretarias, órgãos e empresas públicas, além das nove Administrações Regionais (departamentos descentralizados da Prefeitura) estão envolvidos no programa. A Secretaria de Planejamento assumiu a coordenação e identificou as escolas com maior número de alunos vulneráveis e de espaços disponíveis no entorno.

Num primeiro momento, o desafio é logístico. Há que se definir um trajeto razoável para os estudantes, verificar as condições das ruas, a limpeza urbana, entre outros detalhes. A empresa de trânsito BHtrans,

por exemplo, faz a sinalização das ruas entre a escola e os parceiros, coloca lombadas e, eventualmente, muda o trajeto de um ônibus. A Escola Integrada envolve ainda diversas ações promovidas pelas três esferas de governo já em curso na cidade, como o programa Segundo Tempo, do governo federal.

Outro fator que favoreceu a implantação da iniciativa foi uma campanha publicitária que informou a população sobre o que estava acontecendo. “Isso motivou as escolas a aderirem”, diz o prefeito, lembrando que o programa não é compulsório. As escolas participam por adesão. “Ou a Educação se apossa dos conteúdos e dos conhecimentos que circulam pela sociedade ou não teremos saída”, diz Pimentel. “Do ponto de vista quantitativo, não falta vaga para ninguém. O que falta é qualidade, é fazer a criançada aprender”, acredita.

UNIVERSIDADES PARCEIRAS - Preparado o terreno para a implantação do programa, entraram em cena as instituições de ensino superior, peças-chave da Escola Integrada. Os universitários desenvolvem as oficinas oferecidas no contra-turno escolar. As universidades enviam para as escolas as opções de atividades, o professor comunitário faz suas escolhas e envia sua demanda para a Secretaria de Educação. Em seguida, os universitários são chamados e vão até a escola para dar início ao trabalho.

A pioneira no programa foi a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que há 10 anos realiza projetos em parceria com a Smed. “Só a sala de aula não é suficiente para desenvolver um ensino de qualidade”, diz a pró-reitora de Extensão da UFMG, Ângela Dalben. “É preciso oferecer oportunidades de vivências qualificadas, principalmente para aqueles que só têm o que é oferecido na escola”, defende.

Ângela lembra que reuniu a comunidade acadêmica da UFMG para falar sobre o projeto e teve uma grata surpresa. “A adesão foi incrível. Fiquei profundamente sensibilizada”, recorda. Mais de 70 atividades foram propostas e hoje já existem 132 oficinas sendo oferecidas por 18 unidades acadêmicas, incluindo Direito, Medicina e Terapia Ocupacional.

A UFMG financia bolsas de extensão para alunos de graduação. A Prefeitura paga o mesmo valor para o estudante que participa da Escola Integrada, ampliando o número de bolsas disponíveis. Os professores enviam as propostas de oficinas e procuram, entre os alunos, os interessados em ministrá-las nas escolas. Aproximadamente um salário mínimo por 20 horas de atividades semanais, sendo 12 horas para as atividades com os estudantes, quatro horas para planejamento e avaliação, sob coordenação do professor comunitário, e quatro horas para tutoria com docentes das universidades parceiras.

Segundo Ângela, o mais complicado é compatibilizar a carga horária dos estudantes com a programação desejada pela escola. A operação não é simples, mas o projeto-piloto demonstrou que as dificuldades podem ser superadas com organização e planejamento.

DINHEIRO EM CAIXA - Outro mecanismo estratégico para o sucesso do programa é a descentralização de recursos financeiros, por meio dos Caixas Escolares. Cada escola tem um pequeno fundo que a permite operar financeiramente. Os recursos vêm da Prefeitura e a escola tem autonomia para contratar diretamente os universitários, de acordo com o contingente de alunos atendidos.

Cada escola tem uma equipe responsável

pela gestão local do programa, formada pela direção, coordenação pedagógica, pelo professor comunitário, pelos monitores universitários e pelos agentes culturais oriundos da comunidade. O professor comunitário, indicado pela escola, dedica, em média, 40 horas semanais à função de se articular com as pessoas e instituições do entorno, identificar como os espaços podem ser utilizados, organizar as ações e manter um estreito diálogo com os todos os envolvidos.

Na Escola Municipal Professora Consuelita Cândida, a função foi assumida pela professora Helena Graciana de Assis, que trabalha na unidade há 17 anos. “No bairro Jardim Belmonte, a escola é a maior referência”, diz ela. “Começamos o programa com as crianças em maior situação de risco. Muitas passavam o dia na rua. Outras ficavam sozinhas em casa e até comiam comida gelada”, relata.

A pequena Alessandra Alves de Souza, de 7 anos, conta que suas manhãs se resumiam a fazer o dever de casa e assistir TV. A mesma rotina tinha Igor Rodrigo Moreira, da mesma idade. “Agora é muito melhor”, diz ele. “Os alunos só faltam em casos de extrema necessidade, e os pais fazem questão de avisar quando isso acontece”, diz a diretora da escola, Lourdes Ribeiro de Freitas.

MATEMÁTICA NO PARQUE - Cada escola deve ter 40% das oficinas oferecidas por agentes da comunidade e 60% das oficinas ofertadas por universitários. Cada monitor trabalha com 25 crianças por vez. São duas oficinas de 1h30 de duração oferecidas por período. Luciana Lana Pinto, estudante de Licenciatura em Matemática na UFMG, é uma das monitoras. No início do projeto, ela chegou à Escola Professora Consuelita Cândida com uma proposta inovadora: ensinar matemática

ao ar livre. Sem quadro negro e giz nas mãos e com muita criatividade na cabeça, Luciana consegue mostrar aos estudantes que a matemática faz parte da vida e não se resume a uma matéria escolar.

Nas oficinas de resolução de problemas, por exemplo, utiliza elementos que fazem parte do dia-a-dia da criançada, como frutas, figurinhas e carrinhos, além de elementos da natureza, presentes no parque. Para ela, a Escola Integrada cria uma relação de confiança entre alunos e monitores. “Eles trazem problemas ou questões que, se não expressas e resolvidas, acabam se refletindo em mau aproveitamento ou mau comportamento”, avalia.

Há menos tempo no projeto, a monitora Sara Daniela Moreira faz o último período de Letras da Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG). Quando soube da Escola Integrada, enviou uma proposta na área de leitura e dramatização e foi selecionada. “Vejo esse trabalho como uma oportunidade promissora para minha carreira. Aqui posso confrontar a teoria com a prática”, analisa. A parceria com a PUC começou, efetivamente, em março de 2007. “A adesão superou as expectativas”, conta a coordenadora pedagógica do programa no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão, Raquel Beatriz Junqueira Guimarães. “Chegamos a um cardápio de 90 oficinas propostas por professores e estudantes”, contabiliza.

Na Escola Municipal Israel Pinheiro, a coordenadora local do programa, Adriana Moura, conta que depois de construída a programação inicial, o passo seguinte é conectar as oficinas ao currículo escolar. Um dos monitores na unidade é o agente comunitário Tiago Wiliam Bento de Paula, 22 anos, aluno da própria escola no período noturno. Quando soube da iniciativa, ele se ofereceu para ensinar skate. “Para mim, o programa foi uma

conquista”, comemora. “O esporte tira da mente da criança a idéia da violência”, acredita. “Durante parte da minha vida, me envolvi com drogas, mas hoje não tenho espaço para isso. Me sinto livre”, declara.



CIDADE EDUCADORA

Sites

- <http://www.idis.org.br/>
- <http://www.imap.org.br> - Prefeitura de Curitiba - Modelo Colaborativo.
- <http://www.integracao.fgvsp.br> - McKnight. J. 2002. Trabalho comunitário deve estimular capacidades, não deficiências. Revista Integração, abr. 2002 para download no site.
- <http://www.mike-green.org> – Mike Green (Consultor).
- <http://www.northwestern.edu> - The Asset-Based Community Development Institute (Kretzmann e McKnight).
- <http://www.thecommunityconnection.org> -The Community Connection (Estado de Connecticut).

Artigos, Livros e Textos

- ALVES, Rubem. *Aprendiz de mim, um bairro que virou escola*. Campinas: Editora Papirus, 2004.
- GADOTTI, Moacir e CABEZUDO, Alicia. *Cidade Educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- GARNELLI, Carmen & VILA, Ignácio. *A cidade como projeto educativo*. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., pp. 85-108, 2003.
- MEDEIROS, Barnabé e GALIANO, Mônica Beatriz. *Bairro-Escola: uma nova geografia do aprendizado*. São Paulo: Tempo Dímagem, 2005.
- NEUMANN, Lycia e ARS NEUMANN, Rogério. *Desenvolvimento Comunitário Baseado em Talentos e Recursos Locais* – ABCD.

EDUCAÇÃO

Sites

- <http://www.communityschools.org> - Coalition for Community Schools (Coalizão das Escolas Comunitárias).
- <http://www.csos.jhu.edu> - National Network of Partnership Schools.
- www.dowbor.org - Ladislau Dowbor - “Educação e Desenvolvimento local”.
- <http://www.giase.min-edu.pt> - Uma Visão Prospectiva da Relação Escola/Família/Comunidade.
- <http://www.nwrel.org> - School-Family-Community Partnerships Team – (Grupo de parceria escola/família/comunidade).
- <http://www.sedl.org> - National Center for Family and Community Connections with Schools.

Artigos, Livros e Textos

- ALVES, Rubem. *A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas: Editora Papirus.
- ARROYO, Miguel. *Imagens Quebradas*. Vozes, 2004.
- Cadernos Cenpec/Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Comunitária, N.1 (2005) – São Paulo: CENPEC, 2005.
- Cadernos Cenpec/Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Comunitária, N.2 (2006) – São Paulo: CENPEC, 2006.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *O adolescente como protagonista*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil Platôs*, v. 2. São Paulo: Editora 34,1998.
- DELORS, Jacques (Coord.). *Educação: um tesouro a descobrir*. Brasília : UNESCO/MEC, 1998.

- DIMENSTEIN, Gilberto; SEMLER, Ricardo. *Escola sem sala de aula: Protagonismo*. p. 86.
- GEORGES, Agap et al. *A construção dos saberes e da cidadania*. Artmed Editora S/A.
- LAGOA, Ana. *Como a criança aprende segundo Freinet*. NOVA ESCOLA, Brasília: v. 9, n. 74, pp. 24-28, abr.1994.
- O’SULLIVAN, Edmund. *Aprendizagem transformadora - Uma visão educacional para o século XXI*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.
- PACHECO, José. *Sozinhos na escola*. Campinas: Editora Didática Supergraf.
- PACHECO, José. *Quando eu for grande, quero ir à primavera*. Editora Didática Supergraf.
- SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker Ferreira. *Freinet: evolução histórica e atualidades*. São Paulo: Scipione, 1989.
- ZARANKIN, Andrés. *Paredes que Domesticam; Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista, O caso de Buenos Aires*. 1ª ed. Campinas: Centro da Arte e Arqueologia - IFCH-UNICAMP, p. 182, v. 1, 2002.

ARTE PÚBLICA E URBANISMO

Artigos, Livros e Textos

- AMARANTE, Walkiria Mollica do. *Urbanismo para criança*. PUC - Campinas, 2002.
- LEFEBVRE H. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes. 1991.
- PALAMIN, Vera. *Arte Urbana*. Annablume, 2000.
- JACQUES, Paola Berenstein (org). *Corpos e Cenários Urbanos*. Edufba, 2006.
- SOUZA Lima, Mayumi. *A Cidade e a Criança*. Nobel.

REDES

Sites

- <http://www.redinbh.org.br>
- <http://www.rits.org.br> - Rede de Informações para o Terceiro Setor.
- <http://www.wwf.org.br> - “Redes - uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização”.

Artigos, Livros e Textos

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 498.
- MANCE, Euclides. *A revolução das redes. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, p. 24, 2000.
- SCHLITTLER, Célia Regina Belizia. *Redes de desenvolvimento comunitário: iniciativas para a transformação social*. Global Editora, 2004.
- Seminário Tecendo Redes para Educação Integral/org. Cenpec - Centro de Estudos em Educação, Cultura e Ação Comunitária – São Paulo, 2006.

ECONOMIA/TRABALHO

Artigos, Livros e Textos

- MANCE, Euclides A. *A Colaboração Solidária - Compreendendo, Transformando e Conectando o Que Já Existe*. CEPAT - Informa, Ano 5, N. 48, pp. 10-19, março de 1999.
- RAZETO, L. *Economia de solidariedade e organização popular*. In: GADOTTI, M. Gutierrez, F. (Orgs.) *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.
- SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. 2002.
- YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

PENSADORES

ANÍSIO TEIXEIRA

Site: <http://www.prossiga.br/anisioteixeira>

Artigos, livros e textos

- TEIXEIRA, Anísio. *A escola parque da Bahia*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 47 (106): 246-253, abril/jun 1967.
- _____. *Educação não é privilégio*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, 70 (166): 435-462, 1989.

BOAVENTURA SOUSA SANTOS

Artigos, livros e textos

- SANTOS, Boaventura Sousa. *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JAQUELINE MOLL

Site: <http://www.comunidadesdeaprendizaje.net>

Artigos, livros e textos

- MOLL, Jaqueline. *Reinventar a escola dialogando com a comunidade e com a cidade: Novos itinerários educativos*. Revista Pátio. Porto Alegre: ARTMED, Ano VI, n.24: 58-61, nov/2002 – jan/ 2003

JOHN DEWEY

Site: <http://cuip.uchicago.edu/jds>

Artigos, livros e textos

- DEWEY, John. *Democracia e Educação. Introdução à filosofia da Educação*. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959 – Capítulos: *O ato de pensar e a educação* e *A natureza e o método*.

MADALENA FREIRE

Artigos, livros e textos

- WEFFORT, Madalena Freire. *Observação, Registro, Reflexão – Instrumentos Metodológicos I*. São Paulo: Publicações Espaço Pedagógico, 1998.

PAULO FREIRE

Site: <http://www.paulofreire.org>

<http://www.espacoacademico.com.br>

Artigos, livros e textos

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- _____. *Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática pedagógica*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

PIERRE LÈVY

Artigos, livros e textos

- LÈVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Editora 34.

ROSA MARIA TORRES

Site: <http://www.fronesis.org>

Artigos, livros e textos

- TORRES, Rosa Maria. *Comunidade de Aprendizagem: a Educação em função do desenvolvimento local e da Aprendizagem*. Instituto Fronesis.

CONTATOS DOS CASOS DE BAIRRO-ESCOLA

Cidade Escola Aprendiz

São Paulo

Solange da Costa Ribeiro

solangeribeiro@aprendiz.org.br

(11) 3819-9225/9226

Belo Horizonte

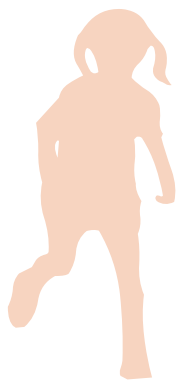
Neusa Maria Santos Macêdo

escola.integrada@pbh.gov.br

(31) 3277-8727 ou (31) 3277-8709

Nova Iguaçu

bairroescola@novaiguacu.rj.gov.br



FICHA TÉCNICA

Realização:
Associação Cidade Escola Aprendiz

Presidente
Miguel Pereira Neto

Direção
Natacha Costa

Assistente de Direção
Solange da Costa Ribeiro

Centro de Formação em Educação Comunitária
Bruno Andreoni
Helena Singer
Judith Terreiro

Coordenação de Projetos
Alice Pecci Jimenez
Andrea Bivar
Ariane Leal Montoro
Izabel Marques
Lia Roitburd
Marina Rosenfeld

Núcleo Institucional
Gisela Cury
Paula Magalhães

Educadores
Alan Ary Meguerditchian, Ana Valéria de Loiola Santos, Bárbara Trujillo, Cássia Gisele Costa Ribeiro, Celso Murilo Bombonati, Chloé Siqueira, Cristina Veiga, Eugênio César Pedroso dos Santos, Eymard Ribeiro, Filipe Bueno de Alcântara Pinto, Flávia Melman, Júlia Nader Dietrich, Karina da Costa Santos, Lorena Maniero Moreira, Luciano Nakata Albuquerque, Maria Fernanda Salles de Aguiar, Otho Garbers Elias, Rafael dos Santos Martins, Renata Udlis Mazon, Renato Izabela, Roberta de Oliveira, Roberta Silva Nunes de Oliveira, Sylvio Solano Ayala Neto.



Apoio:

UNICEF

Fundação Educar DPaschoal

Sistematização, Editoração e Projeto Gráfico:

CIPÓ Produções

Coordenação: Nena Oliveira**Atendimento:** Adriana da Glória**Sistematização:** Adriana Ramos, Anna Penido e Camila Aragón**Redação:** Adriana Ramos e Anna Penido**Revisão:** Eneida Santana**Design:** Leonardo Carvalho e Mauro Y Barros**Finalização:** Tadeu Berni**Produção:** Tereza Soares**Capa:** Eymard Ribeiro e Glauca Cavalcante Silva**Impressão e Fotelito:** City Gráfica Artes e Editora Ltda

Este material pode ser reproduzido com a prévia autorização da Associação Cidade Escola Aprendiz.

ISBN 978-85-7694-135-4



Ministério da Educação

